



# A MISSÃO DO PMDB

Na reformulação partidária promovida pelo regime, os comunistas não alcançaram ainda o direito à sua organização independente e legal. Esta é uma das provas mais evidentes de que a atual legislação partidária emana de um governo que, embora tenha abandonado o terrorismo de Estado como forma principal de exercício do poder, conserva a sua essência ditatorial. Apesar de seu caráter discricionário e anti-popular, não se pode, entretanto negar um fato de primeira importância: a reformulação partidária abriu a possibilidade de que alguns setores do movimento democrático seguissem a via de sua organização partidária independente e legal. O PMDB não tem mais (ao contrário do extinto MDB) o monopólio da oposição parlamentar, eleitoral e política ao regime. Nestas circunstâncias em que, por um lado, o movimento popular ainda não conquistou a plena liberdade de organização partidária e, por outro, a oposição democrática não está mais reunida em uma só agremiação, qual deve ser a atuação legal dos comunistas? Onde devem eles concentrar suas forças? A opção de permanência no sucedâneo do MDB, reforçando a aliança com os liberais, tem sentido num momento em que setores expressivos do movimento sindical investem na organização de um "partido dos trabalhadores"? Como se coloca, nesta situação politicamente nova, a formação da frente contra o regime?

Para responder a estas questões - fundamentais não apenas para os comunistas mas para o conjunto do movimento popular - é preciso compreender a fundo porque o regime promoveu a reformulação partidária. E na medida em que a reformulação partidária é, antes de tudo, uma das principais expressões políticas do projeto governamental de "transição controlada" para um regime republicano e democrático-liberal, é preciso analisar primeiramente por que motivo, do interior mesmo do regime, surge e se implanta de forma vitoriosa a idéia da "normalização institucional".

Do terror de Estado à "normalidade institucional"

O período histórico que vive nosso país desde o golpe de 1964 caracteriza -se essencialmente pela afirmação do domínio da burguesia monopolista sobre a economia e a sociedade brasileira através da ditadura terrorista do Alto Comando Militar. A burguesia brasileira mostrou, com o golpe de 1964, não ter mais condições de continuar a dirigir, através de seus partidos e representantes políticos diretos, a economia e a sociedade. A ordem e a tranqui-

lidade necessárias ao prosseguimento da acumulação monopolista supunham a posição de um regime político que estendesse a toda a sociedade a disciplina dos quartéis, o despotismo do uniforme. O regime militar é portanto expressão da crise de hegemonia burguesa no Brasil, isto é, expressão da incapacidade da classe capitalista em dirigir politicamente a sociedade, o que a levou a entregar à burocracia militar o exercício direto do poder de Estado. No entanto, a ditadura militar constitui uma "solução" para esta crise, não no sentido de que a tenha suprimido (sua própria existência, que do ponto de vista da própria burguesia constitui uma "anormalidade", uma "exceção" manifesta a continuidade da crise hegemônica), mas no sentido de que conseguiu consolidar-se, por mais de uma década, como regime de crise.

O caráter crônico desta crise hegemônica é que explica um dos fenômenos políticos mais importantes na evolução do regime: a oscilação permanente entre a distensão política, a liberalização, a normalidade institucional, por um lado, e o terrorismo de Estado, a repressão desenfreada e a exceção no plano das instituições, cuja expressão máxima foi o AI-5, por outro. Nenhum dos quatro governos ditatoriais anteriores ao do general Figueiredo escapou a esta oscilação, embora o de Garrastazu Médici tenha se caracterizado por recorrer abertamente ao criminoso predomínio do terror militar sobre os demais meios de governo.

O enfrentamento constante entre os defensores da "institucionalização" ou "normalização constitucional" do regime e os que pretendiam assegurar o chamado "desenvolvimento" - entendamos acumulação monopolista - através do mais aberto terrorismo de Estado, corresponde à existência de duas correntes no seio do regime militar: os liberais de direita, tendo nos "castelistas" a sua versão militar, e os fascistas declarados. A necessidade da composição política entre fascismo e liberalismo de direita foi um traço marcante e constante da ditadura militar. Durante os dois primeiros governos militares essa composição contraditória foi instável: a dificuldade encontrada pelo regime para enfrentar os fatores de crise favoreceu a escalada fascista. Da dissolução do pluripartidarismo ao AI-5, sucessivas medidas foram impostas ao povo através da violência, culminando com o governo Médici que conseguiu um longo período de estabilidade graças ao terrorismo policial-militar.

Ao findar o governo Médici, era flagrante a contradição entre a crescente prosperidade econômica da burguesia brasileira e sua soberana miséria política. Fatores objetivos, que os DOI, CODI, OBAN e outros organismos de "segurança" não podiam controlar ou reprimir - se bem que até de "inflação reprimida" ouviu-se falar - vieram abalar a aparente estabilidade do regime. O agravamento da situação econômica, que desde finais de 1973 sofre o impacto da crise internacional do capitalismo, ameaçando a continuidade da acumulação monopolista e da expansão capitalista, abre um novo período de desestabilização com o conseqüente enfraquecimento da coesão dos interesses dominantes, articulados em torno da ditadura militar e dos monopólios. A crise do regime é acentuada pela ascensão, ainda que lenta, limitada e hesitante, das forças democráticas, que vão progressivamente encontrando formas mais adequadas de manifestação e ocupando com mais decisão a estreita e sempre instável faixa de expressão oposicionista tolerada pelo regime por força de suas próprias contradições.

É perfeitamente compreensível que nessas circunstâncias tenha ressurgido no

seio do próprio regime a corrente liberal de direita, reagindo contra o isolamento e a degradação a que fora levada a ditadura militar pelo recurso in discriminado à repressão, à intimidação, à censura, enfim, ao terror.

#### A volta do "castelismo"

O liberalismo de direita representa essencialmente o ponto de vista dos setores politicamente mais avançados da burguesia monopolista, para os quais a ditadura militar é um regime útil desde que temporário, ou seja, uma forma historicamente transitória de defender o Estado capitalista e assegurar o lucro monopolista. Esta fração da burguesia teme, de resto, que o poder absoluto do aparelho militar a impeça de controlar o processo, objetivamente necessário, de uma certa estatização capitalista da economia. Não é por acaso que no fim do governo Médici iniciam os mais intensos ataques contra a estatização, tendo como principais portavozes o jornal O Estado de São Paulo e a revista Visão.

O governo Geisel, embora tenha se inclinado em favor dos círculos liberais de direita, sobretudo buscando limitar o controle assumido no aparelho de Estado pelos partidários mais extremados do terror militar, exprimiu ainda um compromisso instável com a ala fascista da burguesia e do aparelho militar. Nesta época já era notório o reaparecimento de uma ala liberal de direita da burguesia exprimindo a determinação em que se encontravam os círculos politicamente mais ativos das classes dominantes de preparar o terreno para uma mudança no regime, senão de regime. No interior das Forças Armadas a mesma tendência se exprimia no fortalecimento do "castelismo", versão militar do liberalismo de direita, cujo pensamento político consiste na convicção de que o exercício do poder de Estado pelo Alto Comando Militar deve ter caráter excepcional e transitório, a verdadeira estabilidade política supondo que a classe economicamente dominante seja também a classe política mente dirigente.

A manifestação clara do descontentamento popular com o regime militar nas eleições legislativas de 1974 e o agravamento das dificuldades econômicas não fizeram senão aprofundar as inúmeras contradições no seio das classes dominantes, acentuando conseqüentemente a crise do regime. A composição precária e instável entre liberais de direita e fascistas transformando-se em conflito aberto; faltou pouco para que se passasse das vicissitudes da luta política aos perigos do enfrentamento armado entre facções militares opostas. Da exoneração de um dos mais importantes chefes militares da época - o general Ednardo D'Ávila, comandante do II Exército - à derrubada do ministro Sílvio Frota, a vitória dos "castelistas" impôs-se, embora não sem riscos. Contaram, no entanto, com importantes fatores que agiam em seu favor e contribuíam para o isolamento dos fascistas. A oposição democrática e liberal, se bem que se manifestasse globalmente contra o regime, repudiava em particular o uso indiscriminado do terror militar que havia submergido a sociedade numa atmosfera de temor constante e de paralisia política. O liberalismo de direita, por seu lado, manipulando a grande imprensa e exercendo, portanto, grande influência sobre largos círculos da burguesia e das camadas médias, iniciara logo após a abolição da censura uma campanha aberta contra o extremismo de direita.

Os dezesseis anos de exercício do poder pelos militares permitiram um enor-

me fortalecimento da burguesia monopolista, tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista político. Quanto mais a acumulação monopolista se tornava determinante no País, mais a burguesia adquiria a convicção de poder assumir diretamente o exercício do poder de Estado. Essa tendência se manifestou de forma radical durante os acontecimentos ligados à demissão do ministro Severo Gomes, quando os círculos mais representativos do mais poderoso setor da burguesia brasileira - os industriais, banqueiros e grandes comerciantes de São Paulo - afirmaram claramente sua vontade política de recuperar o controle direto do poder de Estado.

### O significado da "abertura"

A "normalização controlada" do regime ditatorial exprime portanto, não somente a consciência por parte do grupo castelista no poder - fiel intérprete, neste sentido, dos interesses históricos da burguesia monopolista - de que sem consenso social não há estabilidade política. Ela corresponde também a uma exigência, repetidamente formulada por importantes organizações patronais e por grupos intelectuais da grande indústria, no sentido de que seja devolvida a direção política da sociedade à camada que domina a economia. Se a ditadura militar foi a solução encontrada pelas classes dominantes numa situação de crise política nacional, se durante todo um período consolidou-se como regime de contra-revolução institucionalizada, a relativa independência que o poder Executivo assumiu face à sociedade civil através do regime militar acabou aparecendo como um empecilho ao processo de articulação e composição de interesses no interior das classes dominantes. A burocracia militar enquanto força social específica, com interesses e pontos de vista corporativistas próprios, não é a forma mais adequada de direção política da sociedade burguesa. Os grandes industriais não podem manipular da mesma maneira e com a mesma facilidade com que manipulam a grande imprensa, os ideólogos a seu serviço, os cabos eleitorais bem pagos, a propaganda onerosa, os subservientes funcionários de primeiro escalão, etc.

Estas observações são absolutamente indispensáveis para a compreensão do sentido político no qual se inscreve a "reforma partidária". Tanto quanto a revogação do AI-5 ou a Anistia, ela exprime um compromisso entre o aparelho militar - que já não se encontra mais em condições de governar como antes - e a burguesia como um todo - que pensa estar preparada para governar melhor que sua incômoda guarda pretoriana. Não se trata apenas de um plano do governo Figueiredo para contornar a crise do regime militar; a sua falta de legitimidade confirmada pelas eleições de 1978. Muito menos de uma mera "manobra" para dividir a oposição, como se afirma ingenuamente, inclusive no interior do movimento comunista. A reforma partidária, tal como foi concebida, ilustra bem a necessidade de um rearranjo político; de uma nova disposição dos interesses em torno dos partidos, com vistas ao restabelecimento de algumas prerrogativas do Legislativo. Isto é, do fortalecimento da função parlamentar de representação dos interesses diferenciados dos vários segmentos e camadas das classes dominantes. A reestruturação do sistema de partidos se efetua, em larga medida, em vista deste novo papel do Congresso. E, neste sentido, é importante que se abandone a interpretação filistéia que pretende reduzir a "reformulação partidária" a um simples truque eleitoral. Não se trata, para os "castelistas", simplesmente de uma medida que ponha

fim à incerteza eleitoral. Visam também a transformação da ARENA, de uma agremiação criada para aplaudir a ditadura, em um partido com vocação de governo. Foi por isso que tanto se empenharam na conciliação de grupos quase antagônicos a nível estadual (Laudo Natel e Paulo Maluf em São Paulo, Virgílio Távora e Cesar Cals no Ceará, Passarinho e Alacid Nunes no Pará) através da manutenção da sublegenda, assim como na "compra" pura e simples dos chamados "adesistas". O PDS surge com a missão de garantir que a "irreversível distensão" não escape ao controle militar. A volta do sistema republicano e federativo deverá ser realizada de forma paulatina e disciplinada graças a emendas constitucionais antecipadamente aprovadas pelo Planalto, isto é, pelo Alto Comando Militar.

### As formas de transição

No entanto, não poderia haver unanimidade entre as classes dominantes quanto ao processo de "reconversão liberal" do regime militar. A aliança Tancredo-Magalhães Pinto recusou participação nessa ampla união que é o PDS e insistiu em formar um partido de oposição moderada. Seus adeptos consideram que "a nação distanciou-se do Estado e o regime não oferece confiabilidade do povo. Os atos de liberalização outorgados sob pressão da sociedade, permanecem insuficientes e paliativos e só a pronta e efetiva institucionaliza-ção democrática afastará o risco de conflitos armados e golpes de Estado." (Manifesto do Partido Popular, grifos nossos) Essa pronta e efetiva institucionalização democrática exige, segundo o Partido Popular, as seguintes medidas: o voto livre, geral e direto para todos os cargos eletivos; o rigoroso cumprimento do calendário eleitoral; a supressão dos dispositivos que impedem a liberdade de organização partidária e de associação política; o fim do embargo à propaganda eleitoral; uma reforma constitucional que restaure as prerrogativas do Congresso na iniciativa das leis; o restabelecimento efetivo do sistema federativo de governo; a revisão da Lei de Segurança Nacional e a recomposição do CSN visando a compatibilizá-los com o Estado Democrático.

À semelhança do partido governista, essa "oposição confiável" considera dispensável um novo poder constituinte para se chegar à democracia (embora alguns expoentes do PP tenham feito declarações a favor de uma Constituinte). Seu "Manifesto" distancia-se do projeto de transição que vem sendo posto em prática desde a revogação do AI-5 apenas quanto aos métodos e a rapidez em que se deve operar a conversão do regime de exceção. Empenha-se na mesma travesia mas nega-se a continuar aceitando que o leme fique na mão do Alto Comando e do "grupo palaciano".

Para o sucedâneo do MDB, o fim do regime autoritário passa pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e seu objetivo imediato é o fim da Ditadura, não sua conversão. Para tanto propõe uma "frente democrática com outros Partidos de oposição que vierem a surgir, respeitando os compromissos partidários de cada um e lutando por um pluripartidarismo absolutamente livre da tutela estatal e da influência do poder econômico." (do Manifesto do PMDB) Os outros dois partidos que surgiram - PTB e PT - não se diferenciam do PMDB em função das propostas imediatas quanto à conquista da democracia. São tentativas de aproveitar desde logo a limitada legislação pa-

ra organizar ( ou reorganizar) de forma partidária correntes ideológicas presentes no movimento popular, uma das quais com incontestável lastro histórico: o trabalhismo.(1)

### Permanecer no MDB

Antes da reformulação partidária promovida pelo regime, a questão da atuação política legal e parlamentar dos comunistas era relativamente simples de ser resolvida. A existência do bipartidarismo fazia com que praticamente toda a participação política legal das forças democráticas convergisse para o MDB. Militavam no MDB todos aqueles que reconheciam a importância de ao menos três princípios básicos: 1) mesmo sob um regime fascista é importante a participação das forças populares na luta política legal e parlamentar; 2) a conquista da democracia não é uma aspiração apenas da burguesia liberal, mas sobretudo dos trabalhadores, pois a ditadura é o principal obstáculo à organização independente das massas, tanto no plano político quanto sindical; 3) a formação de uma frente democrática pluriclassista é uma das premissas básicas para a derrubada do regime e a conquista da democracia. Portanto, todos aqueles que reconhecessem a importância da luta legal e parlamentar, que identificassem na ditadura o principal inimigo do povo brasileiro e que constatassem que não são somente a classe operária e o campesinato que a ela se opõem, eram levados a atuar de alguma forma no MDB.

A reformulação partidária da ditadura modificou radicalmente este quadro. Das organizações que estão sendo criadas a partir da nova legislação partidária, nenhuma traduz por si só a unidade política das forças democráticas. Não existe no País, hoje, nada que corresponda ao que foi o extinto MDB. Novas forças políticas de oposição alcançaram ( como resultado, é bom esclarecer, das iniciativas diversionistas do regime) a possibilidade de organização legal. Portanto, diante deste novo quadro - pois o caráter anti-democrático da reformulação partidária não a impediu de criar um novo quadro político no País - é fundamental recolocar a questão: qual deve ser a atuação política legal e parlamentar dos comunistas numa situação em que, por um lado, a oposição está dividida em diversos partidos e, por outro, os comunistas ainda não conquistaram a liberdade de organização partidária ?

### Evitar falsos argumentos

Nossa opinião é de que os comunistas devem permanecer no sucedâneo do MDB, o PMDB. No entanto, é importante explicar esta posição, evitar os argumentos que não levam em consideração a nova situação política gerada pela reformulação partidária. Estes argumentos são basicamente dois: em primeiro lugar existem aqueles que consideram que o PMDB é a frente anti-regime. Quem reconhecer a importância de uma frente democrática na luta contra o re

---

(1) Sobre o PT veja artigo neste mesmo número de DEBATE; e sobre o PTB veja artigo "As Bases Sociais da Frente Democrática", DEBATE-29, pp 3-12. Não entra nos objetivos do presente texto a avaliação de cada um dos novos partidos. Trata-se tão somente de chamar a atenção do leitor para a posição de cada um deles com respeito aos rumos da "redemocratização".

gime, segundo esta linha de raciocínio, deve militar necessariamente no su-  
cedâneo do MDB. Aderir a qualquer outra organização política significa não  
reconhecer a importância da frente. Este argumento ignora justamente o fato  
político mais importante criado pela reformulação partidária: ela não foi  
apenas um golpe destinado a dividir a oposição, como vimos acima, ela per-  
mitiu também o surgimento (ou ressurgimento) de forças políticas vivas que  
terão seguramente um peso importante na vida do País. O fato de estas for-  
ças terem optado, nesse momento, por sua organização legal independente não  
as exclui de forma alguma da frente democrática contra o regime. Os militan-  
tes do PTB ou do PT não são menos democratas nos seus partidos do que o se-  
riam se estivessem no PMDB. Hoje a questão da frente se coloca em termos qua-  
litativeiramente diferentes relativamente ao período anterior à reformulação  
partidária. A formação da frente democrática passa não apenas pelo PMDB, mas  
também por sua unidade com as outras forças políticas da oposição parlamen-  
tar, particularmente o PTB e o PT. Considerar que o PMDB é a frente de luta  
contra a ditadura significa desconhecer uma das tarefas mais importantes pa-  
ra os comunistas na atualidade: a luta pela formação de uma frente contra o  
regime, levando em consideração a nova situação política criada no País pela  
reformulação partidária.

O segundo argumento inconsistente na defesa do PMDB é aquele segundo o qual  
não é hora de os trabalhadores se organizarem num partido legal próprio pois  
esta organização só deve existir quando não houver mais ditadura. Ora, a mais  
ampla liberdade de organização política está entre as principais reivindica-  
ções populares no processo de luta pela democracia. Se a situação hoje, no  
País é tal que algumas correntes do movimento democrático conseguem, apesar  
da permanência da ditadura, alcançar a sua legalização, seria um absurdo que  
sob o pretexto de não dividir a oposição, estas correntes renunciassem à  
sua organização legal. Assim, a idéia de que "é preciso ficar no MDB pois  
ainda não chegou a hora de organizar um partido de trabalhadores no plano  
legal" nos parece inconsistente.

Os comunistas e o PMDB

Portanto, é preciso partir da constatação de que o campo da oposição demo-  
crática está dividido e, mais que isso, de que algumas forças populares (no-  
tadamente o PTB e o PT) têm possibilidade de alcançar a sua legalização, pa-  
ra explicar por que os comunistas devem concentrar a sua atuação política  
legal no PMDB. A nosso ver, existem dois motivos básicos para esta tomada  
de posição.

Em primeiro lugar, o PMDB é o único partido que se apresenta aberta e expli-  
citamente como uma organização de frente contra o regime, isto é, uma orga-  
nização cuja tarefa histórica é o fim do regime. O próprio limite de seu  
objetivo lhe imprime uma característica que para nós é fundamental: enquan-  
to organização cujo objetivo maior é o fim do regime, ele é na realidade u-  
ma frente democrática, isto é, dele fazem parte setores sociais e correntes  
políticas diversas que lutam por este objetivo comum. A natureza frentista  
de sua organização é dada imediatamente pelo caráter historicamente limita-  
do de seu programa.

Nenhum dos outros partidos oposicionistas em organização possui esta caracte-  
rística frentista. É claro que - a partir de óticas diferentes - todos eles

são, da mesma forma que o PMDB, pelo fim do regime. Mas não é para lutar contra este regime que eles se organizam, mas sim para se implantar de forma permanente na vida política do País, mesmo depois da conquista da democracia. Enquanto partidos, PP, PTB, e PT tentam apresentar-se à sociedade como os portadores de um grande projeto histórico, de uma nova proposta de organização da vida econômica, social e cultural em todos os planos. Mesmo que esta proposta ainda esteja incipiente, é na direção de uma definição histórica, doutrinária e ideológica que eles caminham.

Ora, o mínimo que se pode dizer sob este ponto de vista é que há diferenças essenciais entre as idéias básicas que norteiam a formação de cada um destes partidos e aquelas que caracterizam o movimento comunista. Nenhum dos partidos em formação responde ao desejo de organização independente e legal do movimento comunista. O PTB e o PT apresentam com relação aos comunistas pontos de unidade suficientemente sólidos para fundamentar uma política ampla de atuação conjunta. Mas isto não significa que os comunistas possam se integrar a qualquer destes partidos, pois assim procedendo, eles estariam em primeiro lugar desvirtuando aquelas que são as características ideológicas, filosóficas e doutrinárias destes partidos e, o que é mais grave, renunciando na prática a sua independência orgânica.

#### Mobilização Popular

O segundo motivo básico dessa tomada de posição reside na constatação de que o PMDB é a organização oposicionista que possui o maior peso na vida política do País, isto é, com a mais sólida estrutura para levar adiante a luta política contra o regime. Isto significa que, embora possuindo um programa historicamente limitado e apesar da presença decisiva de forças burguesas em seu interior, o PMDB possui hoje as melhores condições para transformar a política uma atividade de massas a nível nacional, acessível à grande maioria do povo e não somente aos setores mais avançados das grandes cidades.

Esta estrutura é em grande medida a expressão orgânica da mobilização popular contra o regime. O PMDB foi mais que uma simples legenda sempre que as forças populares tiveram unidade para colocar a sua estrutura a serviço do trabalho de massas contra a ditadura. E não foram poucos os casos em que isto ocorreu.

Dos partidos que se situam na oposição, o PMDB é o único que desde já (inclusive para as próximas eleições) oferece condições para a realização de um amplo trabalho político de massas no plano nacional. Sair do PMDB sob o pretexto de que nele estão presentes os liberais seria exatamente abandonar aos liberais esta estrutura (que em grande parte é patrimônio do movimento popular), seria tirar das mãos do movimento popular aquele que é hoje o mais poderoso e organizado instrumento de luta contra o regime. Não é deixando o PMDB que as forças populares garantirão sua hegemonia diante dos liberais na luta contra o regime. Ao contrário, lutar pela direção revolucionária na luta contra o regime é participar no interior do PMDB em todos os momentos da sua vida política; é influir na elaboração de seu programa, de forma a imprimir um conteúdo popular à aspiração democrática que lhe serve de base; é transformar sua estrutura cada vez mais num poderoso instrumento de trabalho de massas contra o regime; é trabalhar na construção da frente anti-ditadura

# PARA ONDE VAI O P.T.?

p. alves

Ainda é muito cedo para se fazer uma avaliação precisa do significado da proposta de formação de um "Partido dos Trabalhadores" (PT) para o desenvolvimento das lutas populares em nosso país. Da mesma forma que não se julga um homem pela idéia que ele tem de si próprio, não se pode analisar a natureza de um movimento político pelo fato de ele se pretender um movimento de trabalhadores. Enquanto o PT não definir claramente o seu programa, a sua palavra de ordem central, a sua tática, a análise que faz da sociedade brasileira, em suma, aquilo que o caracteriza, não do ponto de vista da base social que ele pretende representar - "os trabalhadores" - mas sim (1) de seus objetivos políticos e programáticos, pouco se pode dizer a seu respeito.

Até agora, o que se sabe do PT nesse plano, corresponde a uma série de afirmações bastante vagas: o PT, afirmam seus dirigentes, luta pela "ampliação da liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária onde não haja explorados nem exploradores" (2). Mas qual é concretamente a sua proposta de organização da vida social? Como ele concebe a luta contra o regime e a luta por seu objetivo histórico, "a sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores"? O que é a "transformação social radical" da qual falam seus dirigentes? (3) Como ele encara a questão da ditadura do proletariado e da transição para uma sociedade sem classes? A sociedade sem classes e sem Estado, o comunismo é realmente o objetivo pelo qual luta?

A resposta a estas questões é essencial para qualquer organização política dos trabalhadores, pois uma agregação de dirigentes sindicais não é igual a um partido: "uma associação só pode ser chamada 'partido político' na medida em que ela possua a sua própria doutrina revolucionária, na medida em que ela chegue a concretizar e popularizar a sua própria noção da idéia de Estado, a concretizar e popularizar nas grandes massas, seu próprio programa de governo, e na medida em que este programa seja capaz de organizar praticamente um Estado". (4)

---

(1) Segundo Lula, "o PT é algo muito amplo para todo e qualquer cidadão brasileiro que não detenha os meios de produção". Cf Em Tempo, nº991, 22/28 de novembro de 1979. Isto significa que embora se pretenda um partido de trabalhadores, o PT exclui de antemão, segundo a definição de Lula, o conjunto do campesinato trabalhador, que se caracteriza exatamente pela propriedade de ao menos uma parcela dos meios de produção com os quais trabalha. No Manifesto do PT, publicado na imprensa dia 11/1/80, a base social que ele pretende atingir é definida em termos mais abrangentes.

(2) Manifesto do Partido dos Trabalhadores, Folha de São Paulo, 11/1/80

(3) Declaração de José Ibrahim, Movimento nº 236, janeiro de 1980

Qual é a "doutrina revolucionária", a "idéia de Estado" (para usar as expressões de Gramsci), qual é a unidade política - isto é, a unidade de pensamento, base indispensável para a unidade de ação - existente entre os dirigentes sindicais e demais militantes que tentam constituir o Partido dos Trabalhadores? Muito pouco se pode avançar, seriamente, nesse terreno, a respeito do PT. E como esse terreno é determinante no estudo de qualquer agremiação política, muito pouco se pode dizer de forma geral a respeito do PT. As declarações de seus diversos dirigentes e núcleos não formam um conjunto coerente do qual se possa extrair os princípios centrais que norteiam a sua formação, isto é, a sua "doutrina revolucionária". Ao contrário, um exame atento dessas declarações mostra um considerável grau de heterogeneidade política, o que é inclusive previsível num movimento que se forma sem que seus princípios doutrinários de base estejam claramente estabelecidos. (5)

Levando em consideração estes limites, vamos nos concentrar neste artigo no exame daquilo que parece se constituir numa corrente de pensamento não apenas no interior do PT, mas no movimento operário em geral, a respeito de um tema cuja discussão aprofundada é fundamental para o conjunto do movimento democrático e socialista em nosso país: a relação entre a organização política dos trabalhadores e o movimento sindical. Vamos nos basear fundamentalmente nas declarações de um de seus principais dirigentes, Paulo Skromov, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Couro do Estado de São Paulo e coordenador nacional do PT.

#### Uma crise política ?

O movimento operário brasileiro passa por uma crise que é de natureza política: não são poucos os militantes sindicais para os quais esta é a principal conclusão a extrair das greves que vêm atingindo o País nos últimos anos. Vários membros do PT e da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo têm insistido, sobretudo após a paralisação dos metalúrgicos paulistas e de Guarulhos, em outubro/novembro de 1979, neste ponto. Vejamos o que pensa Paulo Skromov a respeito das consequências da greve dos metalúrgicos: "A vitória fácil obtida nas primeiras greves do período (a partir do final de 1977) se deve em grande medida ao despreparo do governo e dos patrões para enfrentar a situação. O governo não interveio imediatamente para não politizar o movimento, na expectativa de um refluxo rápido das greves. Mas as greves se intensificaram, obrigando o governo a uma mudança de postura que se nota patentemente na greve dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, deste ano. A marca é a repressão ostensiva e brutal. As derrotas que vêm se acumulando ultimamente só têm uma resposta. É necessário dar um salto qualitativo, passando também para o plano político a ação do movimento operário. Não é possível que as lutas se baseiem tão somente nos sindicatos. Um canal político de organização e luta é cada vez mais necessário e aí o PT terá seguramente o seu lugar." (6)

(4) Antonio Gramsci, "O Estado Operário", in L'Ordine Nuovo, 1/1/1921, Cf. Écrits Politiques, tomo II, p.53, Gallimard, Paris, 1975

(5) "O PT ainda não tem um Manifesto nem Programa, mas seus líderes consideram que a falta de pressa não é um atraso, é uma virtude: querem que o programa seja realmente feito pelas bases. Seus documentos políticos até agora divulgados apontam para uma transformação profunda do atual regime político e da estrutura capitalista. (Perseu Abramo, "Genérico e Específico", Mov. 263)

Não se pode discordar de Skromov num ponto: de fato, "é necessário dar um salto qualitativo, passando também para o plano político a ação do movimento operário." Mas o que isto significa? A nosso ver significa reconhecer em primeiro lugar que a ditadura é o principal obstáculo que se antepõe ao desenvolvimento das lutas populares, tanto no plano econômico quanto no plano político, que a sua existência limita objetivamente a participação das massas nos movimentos sociais, seja através da legislação anti-greve, seja através do exercício sistemático da violência contra a mobilização popular e que portanto, o grande objetivo político do movimento operário é a derrubada da ditadura. É claro que as lutas populares podem se desenvolver (é o que a experiência recente tem mostrado) mesmo num regime de ditadura. No entanto, a conquista da liberdade política (condição indispensável para a existência da liberdade sindical), o regime em que os sindicatos podem se organizar livremente, em que as greves não são interrompidas pela violência policial, em que todas as correntes de opinião exprimem suas proposições para a sociedade, em suma, o regime democrático, é aquele que assegura as melhores condições para o desenvolvimento das lutas, da organização e da consciência das massas. Enquanto persistir a ditadura no País, mesmo as mais elementares lutas econômicas estão ameaçadas em sua manifestação pela legislação repressiva e pelo aparato policial-militar do regime. Isto significa que qualquer dirigente sindical sério, preocupado em ampliar cada vez mais a participação dos trabalhadores nos movimentos reivindicativos, em fazê-los assumir ativamente o processo de tomada de decisões a respeito das lutas de sua categoria sabe que a realização destes objetivos se choca contra o regime político de ditadura militar. Ele sabe também que é fundamental fazer aquilo que Skromov parece recomendar, "passar para um plano político a ação do movimento operário", isto é, associar a mobilização dos trabalhadores, em torno de seus objetivos econômicos, ao objetivo político preciso que vai permitir talvez, não a instauração do socialismo no País, o fim da exploração que sofrem as massas populares, mas sim - o que é essencial - as melhores condições em que a luta contra a exploração e a opressão possa se transformar na luta de todo o povo.

A luta contra a ditadura é um objetivo político do movimento sindical, independentemente das diferentes correntes políticas e ideológicas que existem no seu interior. Ela interessa tanto ao trabalhador comunista quanto ao trabalhador democrata-cristão ou trabalhista. É somente a partir da luta pela liberdade política que será conquistada a grande aspiração de todos os trabalhadores, no momento, que é a liberdade sindical. "Politizar" as lutas do movimento sindical, do movimento popular, significa portanto fazê-las convergir para este objetivo central. (7)

---

(6) Em Tempo, nº 90, 15/21 de novembro de 1979. Os grifos são meus, P.A.

(7) A luta política contra o regime não é uma necessidade apenas para o movimento operário. Vejamos o que tem a dizer a este respeito, José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG: "Dificilmente a reforma agrária se faz sem que haja liberdade sindical, sem que realmente seja modificada a estrutura sindical que aí está, na qual estamos trabalhando, dentro de suas limitações, mas com a pretensão de que sofra modificações impulsionadas pela própria organização sindical, como também por outros elementos da sociedade. É claro que isto deve ser consequência também da abertura política, porque sem esta dificilmente haverá liberdade sindical" Cf. Cadernos de Opinião, 2/9, 1979

Mas este não parece ser o ponto de vista de Skromov. Quando ele fala da necessidade de passar para o "plano político a ação do movimento operário", ele está pensando, na realidade, em algo bastante diferente do que expusemos acima. Vale a pena esmiuçar o seu raciocínio, pois, como já foi dito, ele é expressivo de uma forma de pensar a questão do partido político no interior do movimento operário. Vejamos então por que a partir da suposta crise do movimento sindical, chega-se à necessidade de um "canal político de organização e luta".

Numa situação de ditadura como a do Brasil, as lutas populares se politizam com uma incrível rapidez. O grande responsável por esta politização, na realidade, é o próprio regime. Na citação acima, Skromov observa que "o governo não interveio imediatamente para não politizar o movimento". A intervenção do governo tem portanto a virtude de politizar o movimento reivindicativo. Ou seja, na sua luta econômica, o operário não enfrenta somente o patrão, mas também o seu representante político máximo, o Estado. Por aí, o Estado revela tanto o pilar essencial sobre o qual está assentada em última análise a ordem burguesa (seu aparato repressivo) quanto a sua verdadeira natureza de classe. Em função deste enfrentamento com o Estado, as lutas populares têm entrado em crise. Por que? Porque elas se baseiam "tão somente nos sindicatos", afirma Skromov, isto é, uma forma de organização que está voltada fundamentalmente para a luta econômica, enquanto que a burguesia está empregando nesta luta o seu principal aparato político: o Estado repressor. A crise que se abateu sobre as lutas populares consiste numa espécie de desproporção entre as formas de luta e organização empregadas pela burguesia (a repressão exercida diretamente por seu Estado) e aquelas que se encontram à disposição dos operários (as greves e os sindicatos). Acabar com a crise, significa romper com esta desproporção, isto é, colocar nas mãos das forças populares um instrumento que lhes permita enfrentar o poder burguês repressor. E este instrumento é o partido político. Esta é a lógica segundo a qual raciocina Skromov. (9) Vejamos agora quais são suas premissas e suas consequências políticas.

Skromov constata a existência da ditadura militar; ele tira desta constatação a conclusão justa de que o "movimento operário" (portanto está falando do movimento como um todo) deve passar sua ação para o plano político. No entanto, ao invés de propor como objetivo político central, aquele em torno do qual o conjunto das correntes de opinião existentes no interior do movimento popular pode se unir, o fim da ditadura, ele preconiza a constituição de um partido: ao afirmar que as "derrotas que vêm se acumulando só têm uma resposta" e ao buscar esta resposta num "canal político de organização e luta", Skromov está transferindo para o partido a resolução de um problema que

---

(9) Um raciocínio semelhante é desenvolvido no Manifesto do PT: as lutas populares que se desenvolveram durante os últimos anos "levaram ao enfrentamento com os mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o povo dos centros de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro, para os movimentos populares, que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo. Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores (Manifesto do PT, sublinhado por mim, P.A.)

É do movimento sindical, a falta de liberdade sindical. É claro que qualquer partido popular consequente deve lutar pela liberdade sindical. No entanto, o que não se pode é pensar que os partidos tenham o monopólio da luta pela liberdade política. Ao contrário, é fundamental que esta luta seja assumida de forma clara e aberta ao nível do próprio movimento sindical, pois ele está interessado na principal consequência que a liberdade política terá sobre a luta reivindicativa: a liberdade sindical. Se a ditadura está dificultando o desenvolvimento das lutas reivindicativas dos trabalhadores, o essencial, hoje, é concentrar forças na sua derrubada: este é o principal objetivo político que nasce dos problemas atuais que a luta reivindicativa, sindical, enfrenta.

No entanto, tudo se passa, segundo o raciocínio de Skromov, como se o partido fosse uma necessidade do próprio ponto de vista da luta reivindicativa, como se ele emergisse das dificuldades contra as quais a luta econômica se choca. Ora, a luta política dos trabalhadores no seu conjunto (e não apenas de sua parcela mais organizada e consciente), a luta cuja vitória vai permitir que as grandes aspirações históricas do proletariado e do campesinato sejam transformadas numa força material e moral invencível - a força das massas organizadas - esta luta é pela democracia.

Que setores organizados politicamente no interior do movimento operário façam a propaganda do socialismo, contribuam para que uma parcela cada vez maior do povo perceba que "a sociedade capitalista não oferece nenhuma resposta porque sempre reproduz a exploração, a fome e a miséria" (10), nada mais natural e positivo. Mas o que não se pode é supor que a grande tarefa da classe operária no plano político, hoje, é a constituição deste ou daquele partido, é supor que a criação deste ou daquele partido político vai resolver os problemas do movimento sindical, as dificuldades que ele enfrenta para se desenvolver. Estes problemas não nascem do fato de a classe operária não ter um partido, mas sim da existência de um regime político que reprime a sua luta econômica e, por aí, emperra o desenvolvimento do movimento sindical como um todo.

A construção de um partido não pode ser encarada como uma tarefa dos trabalhadores como um todo, mas sim daqueles que se reconhecem na proposta deste partido, em suas idéias gerais, em sua "doutrina revolucionária" (11). Ao que nos parece, o PT não define claramente esta proposta, esta doutrina, porque na sua própria concepção existe uma ambiguidade básica, porque ele é concebido, não como a materialização de uma idéia política definida, mas sim como um instrumento cuja necessidade nasce das dificuldades enfrentadas no plano da luta sindical. Ele não é o partido que representa uma determinada corrente de idéias no interior do movimento operário, mas pretende se apresentar como o partido do movimento como um todo, o partido dos trabalhadores. Seu nome não define o objetivo histórico pelo qual ele luta, a essência de sua doutrina revolucionária, mas sim a base da qual ele pretende ser a expressão. É isso, aliás, que permite, em seu interior, a convivência de tendências políticas as mais diversas. A unidade não se faz em torno do programa,

(10) José Ibrahim, Ídem

(11) "Todos os trabalhadores devem entrar para o PT, porque o nosso partido expressa o esforço coletivo pela independência política da classe operária e de todos os trabalhadores de maneira mais viável e consequente". (Paulo Skromov, Movimento nº 236, 7/13 de janeiro de 1980)

da tática, da concepção de democracia, em suma, daquilo que é o espírito de qualquer partido, mas sim de sua base social. É exatamente por não definir quais as idéias centrais que dão vida e razão de ser a seu organismo que o PT se concebe como o partido do movimento como um todo, como aquele que vai exprimir a passagem "para o plano político da ação do movimento operário" e não como a materialização orgânica de uma determinada "doutrina revolucionária". E é exatamente nesta indefinição que se enraiza o risco de se confundir as tarefas que são do movimento operário como um todo, de todas as correntes políticas existentes em seu interior, com aquelas que são próprias dos militantes que se reconhecem numa determinada proposta política.

#### Reconhecer a diversidade

Esta forma de colocar a questão do partido político é estranha à doutrina de Marx e de todos os clássicos do marxismo. Na citação que reproduzimos acima, Gramsci fala em "doutrina revolucionária", "noção da idéia de Estado", termos que indicam claramente que o movimento comunista não é apenas um movimento dos trabalhadores, mas sim um movimento que se organiza em torno de idéias. Quando um operário entra para um partido comunista, ele não o faz simplesmente por ser operário, mas por aderir à idéia que fundamenta a existência desse partido. Ele não o faz enquanto trabalhador manual(12), mas enquanto intelectual, enquanto alguém que está pensando sobre os problemas da sociedade e que participa de um coletivo de ação e reflexão guiado por certas idéias básicas com as quais ele concorda. É neste sentido que Gramsci fala no partido como o "intelectual orgânico" da classe. Não que o partido pense pela classe, mas ao contrário, ele é a expressão da atividade intelectual dos trabalhadores, sua força resulta em grande parte da convicção dos trabalhadores nas idéias que ele defende.

É precisamente nesta definição doutrinária precisa - que não se reduz ao simples desejo de uma sociedade igualitária, mas que se fundamenta numa atividade científica coletiva e sistemática - que reside para os marxistas a diferença entre a organização política e a organização sindical dos trabalhadores. Os sindicatos, enquanto organização de todos os trabalhadores, exprimem seus interesses imediatos, suas lutas estão ao alcance da consciência imediata dos trabalhadores, elas decorrem diretamente da exploração que eles sofrem na sociedade capitalista. Já o partido pressupõe a reflexão coletiva porque ele tem como base um projeto de sociedade, ele representa uma esperança que ultrapassa o plano imediato, um projeto histórico. A nosso ver, a definição neste plano teórico abre a via para a confusão entre os dois tipos de organização (a política e a sindical) no plano prático.

O PT precisa definir claramente qual é a sua idéia, a sua "doutrina revolucionária", em que ele se distingue dos demais agrupamentos políticos que existem no País. Definindo-se, ele vai se diferenciar de outras forças e por

---

(12) "O operário não é mais um simples grão de poeira no caos da sociedade capitalista; ele é o guerreiro que defende uma idéia, ele é o cruzado que vai à conquista de uma Terra prometida e sabe o que quer" (Antônio Gramsci, "Evocação das Histórias das fiações de algodão e de suas vicissitudes", publicado em Il Grido del Popolo de 9/12/1916, in Écrits Politiques, tomo I, p. 86, Gallimard, 1974

ai criará as condições necessárias a uma ação comum com outras correntes, que a partir de óticas diferentes das suas, lutam também contra a exploração e pela liberdade. Seria um absurdo puro e simples os marxistas se colocarem contra a formação do PT sob a alegação de que ele não é um partido revolucionário ou de que o partido revolucionário já existe e que portanto é inócua a formação de outro. (13)

Nós acreditamos que os trabalhadores brasileiros possuem uma tradição de luta, uma composição social, convicções religiosas e políticas tão diversificadas que não se pode supor que eles vão se organizar num só partido. Mesmo no interior do movimento operário é inevitável a existência de diversas correntes de opinião.

É exatamente por respeitarmos os companheiros do PT, enquanto corrente de opinião diferente daquela representada pelos comunistas, que repudiamos a atitude "entrista" que consiste em aderir ao PT pelo simples fato de ele ser um partido de trabalhadores. Mas, justamente por isso, não podemos admitir que o PT se apresente aos trabalhadores como o partido do conjunto do movimento operário, como se o movimento operário pudesse ter uma definição política homogênea e única, como se ele pudesse ser representado por um só partido. Concebendo-se a si próprio como o partido do conjunto dos trabalhadores, o PT confunde a esfera da atuação política com o plano da atuação sindical. Esta é a via mais segura para a violação, tanto da democracia, quanto da unidade sindicais.

Neste sentido, é com inquietação que lemos as declarações à imprensa de Wagner Benevides, dirigente nacional do PT, segundo o qual "é necessário primeiro conscientizar os trabalhadores politicamente e depois partir para a proposta de formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT)" (14).

Por que a consciência política é uma premissa para a unidade sindical? Por acaso isto significa que só os trabalhadores conscientes politicamente poderão participar da formação da CUT? E qual o critério desta consciência política? Na medida em que o PT se concebe como o partido dos trabalhadores, a consciência política de que fala Benevides, seria um atributo exclusivo de seus membros?

Naquilo que vários de seus militantes encaram como uma virtude (a sua indefinição política e ideológica) encontra-se o risco de que o PT incorpore para si a pior tradição do movimento operário internacional: a de transformar os sindicatos numa correia de transmissão do Partido.

---

(13) João Amazonas, em entrevista à imprensa perguntava por que formar um partido dos trabalhadores se este já existe e é o PCdoB. Será que João Amazonas pensa que os companheiros que formaram o PT são comunistas? Ou será que para ele esta definição ideológica não tem importância?

(14) Folha de São Paulo, 11 de Janeiro de 1980

# DEMOCRACIA NO SINDICATO

## a. carvalho

A atual estrutura sindical é, sem dúvida, uma das expressões mais flagrantes do caráter despótico que adquiriu a dominação burguesa no Brasil. Com o terror institucionalizado a partir de 1964, seus traços fascistas foram ainda mais acentuados. No entanto, é enganoso pensar que a estrutura sindical, em si mesma, impõe necessariamente um sindicalismo anti-democrático. Esta confusão é muito corrente entre os militantes da "Oposição Sindical". Partindo da justa constatação de que a estrutura sindical brasileira é de molde fascista eles concluem que o sindicalismo praticado nos seus limites será fatalmente apolítico e anti-democrático. E a partir daí enveredam pelos desastrosos caminhos do sindicalismo paralelo.

A prática sindical dos últimos dois ou três anos tem se encarregado de demonstrar o quanto esta tese é falsa. Apesar da estrutura, o trabalho sindical tem permitido uma real defesa dos interesses dos trabalhadores. E, mais do que isso, a atuação de muitos sindicalistas vem demonstrando também que a única forma viável de se ultrapassar esta estrutura sindical é através do trabalho cotidiano em seu próprio interior. Como aconteceu em 1953, em 1957, em 1961-64 e, parcialmente, em 1968, o acúmulo de forças no interior desta mesma estrutura faz com que a luta sindical ultrapasse inclusive o terreno puramente reivindicatório, para dar suporte a conquistas importantes no terreno político.

No entanto, as vitórias conseguidas pelo movimento sindical a partir de setembro de 1977 foram insuficientes para assegurar-lhe um crescimento real. Muito pelo contrário, as experiências de 1979 soaram como um alerta aqueles que se apressaram em apostar num crescimento irreversível. Mostraram o quanto é urgente ampliar a participação dos trabalhadores nas decisões do movimento; o quanto é indispensável um firme vínculo com a organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho; e o quanto esses dois objetivos são dependentes de uma prática mais unitária e mais democrática por parte das diversas correntes de pensamento presentes no sindicato.

Entre as greves operárias do último período, a de maio de 1978 foi a única organizada a partir da fábrica, com os trabalhadores parados ao lado das máquinas. As outras recorreram ao tão criticado piquete de porta-de-fábrica, método criticado exatamente por não ser democrático, já que dá "uma solução" ao problema da falta de consciência do conjunto dos trabalhadores, externa ao próprio problema e ao conjunto dos trabalhadores atingidos por ela.

Por outro lado, na greve de 1978, cada fábrica ou setor, entrava em greve apenas quando sentia condições favoráveis, levando principalmente em consideração a disponibilidade do pessoal em parar. Esta disponibilidade, evidentemente, crescia ou diminuía de acordo também com o que estava acontecendo em outras fábricas. A parada de um setor criava melhores condições para os

que ainda estavam indecisos, assim como a parada de uma fábrica abria caminho e dava respaldo à parada das outras fábricas (1). Com isso, evidentemente, o papel do sindicato no processo não foi o de centralizar e dirigir a greve; menos ainda convocá-la. O sindicato cumpriu o papel de simples intermediário na negociação entre os trabalhadores e os patrões, aliás negociação que se deu de fábrica em fábrica, cada uma conseguindo um índice de acordo com sua capacidade de pressão. Além disso, "emprestou" sua sede para reunião das comissões de fábrica que vinham se formando e foi também o responsável pela deflagração do processo grevista ao convocar as grandes assembleias de setembro de 1977, denunciando a fraude dos índices de reajuste de 1973/74, verdadeiro estopim da greve de maio do ano seguinte.

Não se trata de invalidar as experiências posteriores pela simples comparação com a greve de maio de 1978. É evidente que as formas de luta, as formas de organização e os métodos de ação variam conforme a conjuntura. O que foi possível em 1978 poderia ser impossível em 1979, o que não significa dizer que toda tentativa de greve estivesse por isso destinada ao fracasso. Mas é importante reter que método e forma, por mais que variem, devem seguir o seguinte fundamento: ser os mais apropriados, nas condições concretas, para que a ação seja a mais representativa e, portanto, a mais eficaz.

Não foi o que aconteceu no último dissídio do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, por exemplo, onde a vontade de "queimar" a direção sindical levou a "Oposição Sindical" a tentar tirar a greve na marra, desdenhando as reais possibilidades de vitória. Por outro lado, entre os que consideravam que não existiam condições para a greve, uma boa parte decidiu não acatar a decisão majoritária de greve, adotando uma atitude de boicote à decisão, fazendo "corpo mole" e convocando as suas bases a não participar da parada.

Uns e outros fugiram do princípio do fortalecimento da entidade de massa. Os primeiros porque confundem a luta contra o peleguismo com a luta contra o sindicato e não estavam muito preocupados com as consequências do fato de uma decisão desta grandeza ser tomada no "grito". Queriam vencer o Joaquim, de qualquer maneira, sem nenhuma preocupação com os efeitos que uma greve fracassada traria para o sindicato. Afinal, fizeram da greve, antes de tudo, uma oportunidade de lançar na prática a ideia do comando de greve permanente, que se revelou de forma incontestada como a base de uma estrutura paralela. Os segundos porque, oportunisticamente, aceitaram, de início, a representatividade e legitimidade da assembleia, para depois - ao ficarem em minoria - caracterizar suas decisões como ilegítimas e "provocatórias".

As duas atitudes enfraquecem a entidade, sendo que, para os primeiros, isto não parece ser um grande motivo de preocupação. Quanto aos outros, ao tenta

(1) - "no nosso caso, ..., existiam condições de parar há muito tempo... Só que nós não tínhamos intenção de criar um foco pequeno, numa fábrica como a nossa (de apenas 1500 operários), porque ia ser muito fácil sofrer uma intervenção e acabar com a greve. Então, nós ficamos, praticamente, num compasso de espera, na esperança de que saísse greve em alguma fábrica grande de São André ou São Bernardo do Campo, para a gente poder ir atrás" - depoimento de um operário da Constanta em "A Greve Na Voz Dos Trabalhadores, Da Scania a Itu", página 15, coleção História Imediata nº2, editora Alfa Ômega.

rem pôr fim à greve em pleno piquete - e em alguns casos boicotá-la - desgastaram a posição de quem se opusera à greve e reduziram a eficácia de uma denúncia posterior dos métodos utilizados pela Oposição Sindical.

Não existiam condições para que essa greve fosse vitoriosa. No entanto, para fortalecer a entidade, para legitimar uma ação a médio prazo, para tornar mais fácil o desmascaramento dos partidários do sindicalismo paralelo, era necessário submeter-se à vontade da maioria presente. O que estava em jogo era a eficiência do movimento sindical. Ao levarmos à prática as decisões da maioria, tendo defendido a posição perdedora, ganhamos o respeito da massa além de ganharmos também o direito de exigir a participação de nossos adversários em situações futuras, quando nossas posições forem vencedoras. Deixemos à Oposição Sindical a ilusão de que o golpismo vencerá o golpismo da diretoria Joaquim & Malvezzi. Com essa atitude ela só mostrou uma coisa: que é capaz de golpear tão bem quanto os maiores pelegos da história do sindicalismo brasileiro. Mas perdeu, de uma vez por todas, a autoridade em denunciar golpes e manobras ao agir exatamente como seus grandes "inimigos".

Os comunistas não devem comer no mesmo prato que a Oposição Sindical. Ao levarem à prática as decisões da maioria estariam legitimando uma ação posterior de denúncia do aventureirismo.

O Sindicato não se fortalecerá enquanto as tendências que disputam a sua hegemonia não tiverem presente que ele não pode ser um instrumento para que uma ou outra posição política se imponha na marra. A hegemonia, isto é, a direção política obtida por um consentimento coletivo, só pode ser conquistada no respeito das regras democráticas. E um aumento da participação dos trabalhadores na vida sindical não será conseguido por outro caminho. Não há nada que afaste mais o trabalhador do sindicato que a sensação de que as decisões são fruto de estranhas manipulações. Ao contrário, o que mais sensibiliza o trabalhador é a certeza de que participou ativamente das decisões do Sindicato e que sua posição foi respeitada. Só assim ele terá certeza que sua participação vale tanto quanto a de qualquer outro trabalhador. Vencedores e perdedores em eleições sindicais ou em assembleias terão consciência de que a voz do coletivo falou mais alto do que a voz de cada uma das partes.

Estas considerações são necessárias para uma leitura crítica da disputa verbal que se estabeleceu entre as várias posições após o fracasso da greve dos metalúrgicos paulistanos de novembro de 1979. Não resta dúvida que a afirmação da Oposição Sindical de que "o balanço da greve é positivo" soou como uma brincadeira de mau gosto. Mas de nada vale a denúncia pura e simples da "perigosa e nociva conduta" dessa corrente do movimento operário ou de seu "aventureirismo" (1) É necessário que se considere a omissão proposital da diretoria e a subestimação dos comunistas quanto à importância das decisões que saíram da fatídica assembleia. Antonio Flores e Luiz Vergatti têm razão quando apontam o propósito do grupo que monopoliza o Sindicato desde 64 em esvaziá-lo, para poder em seguida responsabilizar a oposição pelo que viesse a ocorrer. (2) "Este grupo colocou seus interesses políticos acima dos

(1) Cf. documento do PCB "A campanha salarial dos Metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos", in Em Tempo, nº 91 e o panfleto "Chega de Aventuras", assinado por quatro ativistas sindicais.

(2) Cf. "As Lições da Greve", de A. Flores e L. Vergatti.

interesses dos metalúrgicos e foi tão responsável pelo fracasso quanto os que fecharam as portas à negociação". E não é menos evidente que se os comunistas tivessem tido maior presença na assembléia, tornando-a ao mesmo tempo mais representativa, a proposta tão desastrosa de deflagrar a greve teria sido derrotada.

Bem melhor do que jogar a culpa no "aventureirismo" de uns, ou no "cupulismo reformista" de outros, é reconhecer a existência do adversário no mesmo campo de ação e tratar de suplantá-lo em todos os níveis que a representatividade dos trabalhadores exigir. Querer expulsar "provocadores" ou dizer que "não dá para trabalhar no sindicato" é assinar um tratado de incapacidade to tal na tarefa de transformar o sindicalismo brasileiro, de torná-lo repre sentativo e democrático.

Felizmente houve quem aceitasse a decisão da assembléias apesar de derrotado, e sem cessar com o processo de crítica aos adversários, a levasse à prática. O exemplo mais trágico dessa posição é o do companheiro Santo Dias, assassinado pela PM quando ocupava o seu lugar de militante combativo em um dos piquetes. Santo, ex-membro da Chapa "3" e ex-membro da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, não concordava com a greve e foi voto vencido na Assembléia. Deixou um documento redigido, juntamente com Flores, Vergatti e Zico onde se pronunciava contra o rumo que estava tomando a discussão do dissídio. Os defensores dessa posição sairão fortalecidos de todo esse emba te se souberem capitalizar a sua maneira de agir, dando um exemplo de democ racia sindical.

#### Unidade e Representatividade

Mas a generosidade política de Santo e seus companheiros, por si só, não trans formarã o sindicalismo brasileiro. Sua fraqueza tem como causa profunda sua reduzida representatividade. As formas legais de representação estão limita das pela Consolidação das Leis do Trabalho, tradução - vale a pena insistir - da Carta del Lavoro, fascista. Num país onde o índice médio de sindicaliza ção não ultrapassa 10%, por mais representativa que seja a direção de um sin dicato, entre seus associados, ela ainda está longe, bem longe, do mínimo de sejável. A CLT dificulta a formação de uma liderança com um real respaldo de massa pois, por meio da estrutura sindical, tenta impedir o contacto entre as diversas categorias a nível local, regional e nacional. Ela incentiva a consolidação de diretorias com pouquíssima representatividade, que usam o sindicato como cabide de emprego, levando-as inclusive à corrupção já que faz da entidade sindical um órgão que independe da contribuição econômica de seus associados. Assim, muitas diretorias de sindicatos fazem o possível e o imaginável para que a entidade não cresça em número de associados, negando os princípios mais primários do sindicalismo combativo. Por isso, quem subestima a tarefa de sindicalização em massa, compactua com este estado de coisas onde o pelego continua a ter papel de destaque no movimento.

Diz-se que o sindicalismo brasileiro é pouco representativo devido ao baixo nível de consciência do trabalhador médio. Este, por sua vez, é atribuído às origens rurais recentes do operariado brasileiro. A verdade é que o tra balhador brasileiro tem pouco conhecimento de sua força coletiva, principal mente por que ela ainda não foi demonstrada na prática. A história do movi mento sindical é marcada fundamentalmente por derrotas e não por vitórias. E não há nada que dê mais consciência da necessidade de unir todas as forças

disponíveis do que o sabor de uma vitória!

Mesmo neste período mais recente - de setembro de 1977 para cá - o trabalhador não conseguiu provas suficientes para se convencer de que sua luta é consequente. Pois o que lhe importa antes de mais nada é que seu esforço orgânico, aliado ao risco de perder o emprego, seja recompensado com conquistas palpáveis, com melhores condições de vida e de trabalho.

É verdade que neste período verificou-se um real fortalecimento dos sindicatos, que passaram de um discurso conciliador a um outro, bem mais comprometido com os anseios virtuais das classes trabalhadoras. Mas esta mudança no discurso sindicalista e tudo o que se conquistou em maio de 1978 (comissões de fábrica em algumas indústrias; negociações diretas; e um pequeno aumento variando entre 4 e 10 por cento) - não foram suficientes para tirar o trabalhador do estado em que se encontrava.

O que seguramente representa uma mudança foi a perda de medo da ação reivindicatória. Houve uma indiscutível desmistificação do poder do patronato aos olhos do trabalhador. Hoje em dia o trabalhador anda com a cabeça erguida e isso é um fato muito importante na superação do refluxo em que tende a cair novamente o movimento sindical se continuarem as greves derrotadas.

Mas nada disso pode fazer esquecer a baixa representatividade dos sindicatos. E esta constatação deve levar a várias correntes de pensamento a uma plataforma de ação comum no âmbito do sindicato. Aqueles que já detêm alguma consciência da luta reivindicatória a nível econômico e também alguma consciência de sua fragilidade atual, não podem deixar de privilegiar a luta pela unidade sindical.

Não se trata de propor a unidade a qualquer preço. Mas sim de propor a unidade num momento em que o cenário sindical se encontra altamente dividido e que todas as tendências só têm a perder com a perpetuação de sindicatos pouco representativos. Sem qualquer fórmula definitiva para alcançar tal unidade, sabemos que ela só se dará quando a maioria dos sindicalistas sinceros e combativos conseguirem aumentar o grau de consenso que já os une.

Por mais idealista que possa aparentar esta proposta, ela nos parece imprescindível para que o sindicalismo possa cumprir suas funções. Pois a história recente dos sindicatos fez com que a entidade perdesse o respeito de seus representados. Ela é marcada por fraudes nas eleições, acordos de cúpula, golpes de toda ordem, situações com as quais não se pode compactuar.

Muitos são os obstáculos à uma prática sindical democrática. Da demissão dos sindicalistas combativos ao uso da repressão policial, são inúmeras as práticas patronais que visam a manutenção de sindicatos desorganizados. E infelizmente essas dificuldades são aumentadas pelas tendências que consideram ser impossível tornar o sindicato representativo e pelas tendências que continuam prisioneiras de uma concepção instrumentalista das entidades de massa.

Só se pode lutar por um sindicalismo democrático oferecendo alternativas concretas a todas as decisões erradas da diretoria, manifestando uma capacidade real de gerir a entidade, e não se prestando ao desrespeito da vontade da maioria.

# AS COMISSÕES DE EMPRESA

## f. andrade

É notória a importância que tem assumido no interior do movimento operário e sindical a questão das "comissões de empresa", "grupos de fábrica", "comissões de fábrica", etc. Parece-nos também inegável o fato de que a discussão desta questão, na qual, com razão, os sindicalistas combativos vêm o "calcanhar de Aquiles" das lutas sindicais no Brasil, tem se desenvolvido de maneira bastante confusa.

Quando examinamos as diferentes tomadas de posição de organismos sindicais, de correntes oposicionistas dentro dos sindicatos, de grupos de militantes operários independentes constatamos a existência de posições que vão desde a afirmação de um antagonismo entre as comissões de empresa e os sindicatos até as que procuram reduzir a ação sindical nas fábricas à presença de um delegado sindical nomeado pelo sindicato, com funções de mero observador.

Antes de definir uma posição política a respeito desta questão cumpre examiná-la em suas bases materiais objetivas, de maneira a fundamentar a plataforma de lutas pela independência sindical na análise materialista histórica da classe operária no modo de produção capitalista.

Deste exame decorre uma distinção fundamental que tem sido deixada inteiramente de lado pelos diferentes líderes operários - desde os das oposições sindicais até os pelegos, passando pelos autênticos - a saber, aquela que opõe os sindicatos enquanto instituições formadas pela associação voluntária dos trabalhadores empenhados na defesa de seus interesses econômicos e o coletivo de produtores objetivamente constituído pelo conjunto de trabalhadores de uma fábrica ou de qualquer outra unidade de produção.

Como evidenciou Karl Marx em várias análises do Capital, a interdependência técnica decorrente da divisão extrema do trabalho na grande indústria faz do conjunto dos trabalhadores um organismo coletivo de produção, um trabalhador coletivo. Considerada em sua significação histórica mais profunda, a "comissão de fábrica" tende a representar este coletivo, é o "para-si" do "em-si" dado imediatamente na própria organização capitalista da produção.

Do ponto de vista comunista, entendendo-se por comunismo o processo histórico que leva à superação da contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação, a comissão - enquanto "soviet", "conselho" etc. (os operários revolucionários, em cada país, traduziram em sua língua o nome do órgão que exprime a auto-determinação do trabalhador coletivo) - é a negação historicamente determinada da organização capitalista da produção, ao nível da própria unidade de produção. A vocação histórica do conselho operário, da "comissão de fábrica", é substituir o capitalista que encarna a separação entre os produtores e os meios de produção, pelo coletivo dos tra

balhadores, que encarna a unidade entre os produtores e os meios de produção.

Evidentemente, ao surgir na experiência concreta das massas operárias, as "comissões" não apresentam este significado. Só em situações revolucionárias ou pelo menos de intensa ascensão das massas exploradas é que o conteúdo histórico concreto da organização do conjunto dos trabalhadores em "comissões" ou conselhos se aproxima de seu significado histórico mundial, de base de um modo superior de produção, no qual os produtores dominam e dirigem a produção. É importante salientar que a organização do coletivo dos trabalhadores pode perfeitamente ser desviada num sentido reformista, como é o caso da "co-gestão" alemã, ou puramente sindical-assistencialista-recreativo, como é o caso dos "comitês d'entreprise" franceses.

Estas considerações teóricas e históricas permitem melhor situar o problema no Brasil. Em nosso país, com efeito, os "comitês de empresa", "grupos de fábrica", etc. - importa pouco a denominação que recebam estas expressões embrionárias da organização do trabalhador coletivo como tal - aparecem como alternativa aos sindicatos atrelados ao Estado capitalista e desprovidos de organização nas fábricas. Esta situação objetiva criou as condições subjetivas da confusão entre a função histórica universal das comissões de fábrica, enquanto órgão da auto-determinação do trabalhador coletivo e sua função histórico-concreta, própria ao caráter não democrático com que se afirmou a dominação de classe da burguesia ao longo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

São provavelmente muitos os operários que, vítimas desta confusão, adotam posições deploravelmente infantis, do gênero: "Se hoje a comissão leva um trabalho e ela passa por cima do sindicato, ótimo, porque o sindicato é uma grande porcaria. A gente tem que lembrar que estamos vivendo num lugar em que a estrutura sindical ainda não foi quebrada." Como sói acontecer, esta fraseologia esquerdista encobre na realidade um rebaixamento do significado histórico dos conselhos de fábrica, os quais, potencialmente (no sentido em que a sociedade comunista existe em potência na sociedade capitalista) constituem a base do Estado operário, da "República dos soviets". Mas os que se contentam em opor as comissões aos sindicatos reduzem-nas a meros órgãos de luta econômica contra o capitalismo.

Esta atitude apareceu claramente - embora de maneira menos primária do que a citada acima - em declarações de um candidato de oposição numa eleição sindical realizada há algum tempo atrás. As comissões de fábrica, disse ele, "são o órgão independente da classe. Independente... em relação ao sindicalismo oficial... O problema na Espanha foi o fato das comissões terem sido encampadas por uma única direção política. Em termos de luta sindical a comissão de fábrica tem que estar acima dos partidos..."

A última frase em particular (descontado o ranço anti-comunista da penúltima) é boa síntese dos equívocos com que tem sido levada a questão das comissões de fábrica em certos setores do movimento operário brasileiro. Dizer que "em termos de luta sindical" a comissão de fábrica tem que estar acima dos partidos pode querer dizer duas coisas. Ou que a comissão sindical de fábrica, isto é, a organização sindical na fábrica não pertence a nenhum partido (nem mesmo ao nebuloso "partido dos trabalhadores"), ou então que a comissão enquanto órgão do trabalhador coletivo está acima dos partidos.

Estas duas teses são justas, mas inteiramente diferentes uma da outra. De resto, "em termos de luta sindical" a comissão de fábrica, enquanto embrião do sindicato na fábrica, está abaixo da coordenação das comissões de fábrica, isto é, da organização sindical independente de uma determinada categoria de trabalhadores, a qual por sua vez está abaixo da federação sindical, que por sua vez está abaixo da confederação sindical, que por sua vez está abaixo da central intersindical. A comissão, no seu significado histórico universal de órgão do trabalhador coletivo é independente dos sindicatos, por mais autênticos, oposicionistas e independentes que sejam ou venham a ser, da mesma maneira que o capitalista dono da fábrica é independente do sindicato patronal do ramo a que pertence sua fábrica e dos partidos burgueses que governam em defesa de seus interesses gerais.

A posição que criticamos - e infelizmente são muitos os que partilham de sua confusão economicista - leva ao rebaixamento do significado histórico das comissões de fábrica, ao mesmo tempo que confunde a tese justa de que a organização sindical nas fábricas constitui a condição necessária da independência sindical com as concepções de "sindicato paralelo" (já que opõe a "independência da classe" ao nível da unidade de produção à organização sindical fora da fábrica - identificada ao "sindicato oficial") e com a hostilidade trade-unionista às direções políticas - no caso ao Partido Comunista da Espanha.

Não basta portanto condenar as tentativas de opor as comissões de fábrica aos sindicatos. Porque esta posição "esquerdista" recobre na realidade uma concepção direitista do alcance histórico das comissões, que as reduz a seu aspecto sindical, e ignora a perspectiva histórica para a qual apontam: a da substituição do patrão pelo trabalhador coletivo como organizador da produção.

Donde três conclusões políticas:

\* PELA INDEPENDÊNCIA SINDICAL

\* PELA ORGANIZAÇÃO SINDICAL NA FÁBRICA

\* PELA COMISSÃO DE FÁBRICA E DE EMPRESA  
COMO ÓRGÃO DO COLETIVO DOS TRABALHADORES

# OS DILEMAS DO P.C.B.

## a. silva - d. albuquerque

A reunificação dos comunistas brasileiros será um processo complexo que certamente se estenderá por um bom período da nossa história. As razões da atual fragmentação nada têm de conjuntural. Mesmo que grande parte das crises tenham sido consequência da derrota popular de 1964, suas verdadeiras origens remontam à crise da IIIª Internacional, à "desestalinização" e ao conflito sino-soviético. As lutas de idéias provocadas pelas sucessivas crises do campo socialista, ao invés de contribuírem para forjar no interior do movimento comunista brasileiro uma atitude cada vez mais crítica e criadora com relação ao marxismo, soldaram-se invariavelmente por dissidências e deserções.

Seria de total incosequência a luta por uma reunificação sem que as causas dessa extrema vulnerabilidade do movimento comunista brasileiro fossem superadas. Há que romper com práticas políticas viciadas, tanto no que concerne a gestação do "intelectual coletivo" da revolução socialista, quanto no que diz respeito a seu enraizamento nas forças vivas da nação.

Gramsci dizia ser mais fácil formar um exército do que capitães. Um exército já existente é destruído se faltam os capitães, enquanto a existência de um grupo de capitães unidos, de acordo entre eles, com objetivos comuns, não demora a formar um exército inclusive onde ele não existe. Como Lênin, ele dava grande destaque ao momento da consciência, ao momento da teoria, da iniciativa política, ao momento da direção e da superação da espontaneidade. Foi o que faltou ao movimento comunista brasileiro. O Partido Comunista do Brasil nasceu há mais de meio século com a introdução do marxismo no movimento operário, num momento em que ele continha poucos elementos de consciência política e ideológica. Mas não logrou desenvolver uma justa teoria revolucionária e formar um grupo dirigente. As dificuldades do campo socialista não cessaram de dividir os capitães, e o exército sofreu grandes derrotas.

A procura das razões que impediram a formação de um grupo dirigente capaz de coesionar o movimento comunista brasileiro remete necessariamente às deformações do pensamento marxista em nosso País, à sua transformação em um materialismo mecânico e vulgar. A teoria da revolução brasileira foi elaborada pelos primeiros comunistas sem qualquer conhecimento sério de nossa realidade e na falta de uma experiência política significativa. Essa teoria se transmitiu até hoje sem nenhuma revisão radical e sem ser submetida a uma verdadeira crítica de seus fundamentos. (1) Foi aceita como dogma e como

---

(1) Algumas idéias justas da POLOP e alguns outros grupos não chegaram a constituir uma crítica consequente por estarem totalmente mescladas do economicismo e do voluntarismo.

tal se transmite.

Num País como o nosso, onde as particularidades do desenvolvimento do capitalismo e da luta de classes não favoreceram a formação de um sólido partido operário, o fenômeno stalinista teve efeitos ainda mais nefastos. Além de esterelizante a nível da teoria, o stalinismo contribuiu para a institucionalização de práticas anti-democráticas tanto no interior do partido quanto em sua relação com as massas. Os militantes acostumaram-se à fidelidade incondicional a um centro dirigente da revolução mundial, à estreiteza e pobreza da discussão política, aos métodos administrativos e autoritários de resolução das divergências e à uma prática manipuladora nas entidades de massa.

Renovar significa portanto (e antes de mais nada) romper com o materialismo vulgar, com o dogmatismo e com os velhos métodos e práticas responsáveis pela atual debilidade do comunismo no Brasil. E o sucesso desta luta depende hoje, em grande medida, do desenvolvimento do confronto de idéias no seio das organizações comunistas existentes com vistas ao enfraquecimento das correntes conservadoras e sectárias. Tarefa bastante complexa como veremos adiante.

#### A luta interna

Há seis anos parecia uma heresia a nossa afirmação de que a luta pela conquista da democracia era o eixo da luta pelo socialismo em nosso país. Essa idéia central da Plataforma (1) se contrapunha a duas tendências erradas que então dominavam o movimento comunista brasileiro: o desprezo pela democracia por parte de todas as organizações vanguardistas e a visão esquemática e mecânica da luta pelas liberdades democráticas por parte do PCB. As duas tendências identificavam a democracia política com a dominação da burguesia. As primeiras porque queriam realizar uma passagem direta e imediata da ditadura militar para a ditadura do proletariado e o segundo porque propugnava uma revolução democrático-burguesa.

O rompimento do MR-8 com a esquemática polopista do chamado PSRB (Programa Socialista da Revolução Brasileira) permitiu, sem sombra de dúvida, uma evolução bastante positiva de seu pensamento político (2). Por outro lado, a luta de idéias no interior do PCB, que veio a público no segundo semestre de 1979, tem também como ponto crucial o rompimento com a visão estreita da democracia. Em entrevista publicada em caderno especial do Jornal do Brasil (29/7/79), Armênio Guedes, membro do Comitê Central desse partido, foi bastante incisivo na autocrítica: "...houve um tempo em que nós identificávamos liberdades democráticas com o poder da burguesia. Mas a verdade é que a vida foi-nos mostrando que a democracia é algo importante, permanente para o avanço da sociedade, para um próprio avanço no sentido do socialismo. E hoje nosso trabalho é o de elaborar, de uma forma mais precisa, esse nexos entre a luta pela democracia e a luta pelo socialismo, sem fazer a dissociação entre esses dois importantes momentos da luta do nosso povo no sentido do progresso, de um futuro de justiça social e de paz".

(1) Cf. Pela União dos Comunistas Brasileiros, Ed. Prelo, Lisboa, 1975, 139p.

(2) Evolução cujos limites já foram analisados no documento O MR-8 e a reunificação, in DEBATE-33, pp 4-11.

No entanto, as novas idéias de vários dirigentes do PCB apontam para caminhos ilusórios. Algumas contribuições importantes dos comunistas italianos lhes servem de alibi teórico para uma proposta política equivocada. Nessa mesma entrevista, A. Guedes faz afirmações que constituem verdadeiras pérolas do pensamento seguidista: "O esforço que nós, da direção e todos os comunistas, devemos fazer, é para que o Partido não contribua para a desestabilização da vida política brasileira".(1) Mais adiante fala em "...evitar tensões sociais que levem à ruptura desfavorável..."(1) Servindo-se sem o menor pejo de conceitos tipicamente social-democratas, Guedes quer garantir o bom comportamento de seu partido e nos propõe um reboque no projeto de transição controlada posto em prática por Golbery. Hércules Correia, também do Comitê Central, é ainda mais categórico: "Não devemos em hipótese alguma nem praticar nem permitir, nesse processo político brasileiro, o que chamamos de radicalização".(1) Ou seja, a tática que preconizam visa antes de mais nada acomodar o mais pacificamente possível o movimento popular aos objetivos da "abertura" da ditadura. Tudo deve ser feito para que a transição da ditadura militar para um regime de democracia parlamentar se faça sem arranhões.

Seus opositores nas instâncias dirigentes do Partido contestam a viabilidade de uma democracia liberal burguesa no Brasil. Acreditam que a conquista de liberdades políticas colocará na ordem do dia a alternativa "socialismo ou fascismo", propõem uma política de alianças bem mais estreita e uma maior importância ao trabalho conspirativo.

Trata-se de um verdadeiro dilema pois as duas saídas são falsas. Não há nada que permita excluir a possibilidade de um regime democrático-burguês suceder a ditadura militar. A menos que se dê crédito ao velho fatalismo segundo o qual o liberalismo (e a social-democracia) só pode ser viável em países de capitalismo altamente desenvolvido, ou seja, no bloco imperialista. Ou ainda, que se considere que uma situação revolucionária esteja em formação no atual momento, como se afirma no texto Contra o Revisionismo, defendido pela corrente encabeçada por Luis Carlos Prestes. Segundo esse documento, a crise que se aprofunda entre setores das classes dominantes é provocada principalmente pelo avanço da luta de massas contra o fascismo. Caracteriza a intensificação das ações de massas pelas "inúmeras greves, pelos quebra-quebras na Central do Brasil, nos canteiros de obras, a recente manifestação popular em Florianópolis quando da visita do presidente Figueiredo, etc" (pag.32) A superestimação das forças do movimento popular e das dificuldades que encontram as classes dominantes para superar suas contradições internas saltam aos olhos na parte final do documento.

Mas admitir a possibilidade de um regime democrático republicano suceder a ditadura militar não implica em que se abdique da luta pela construção de uma hegemonia popular. Muito menos de lutar hoje só pela liberdade política e amanhã contra os latifúndios, os monopólios e o imperialismo. No entanto, a maioria do CC do PCB descarta a hipótese de que o fim da ditadura militar dê lugar a um regime de democracia política mais avançado que a democracia liberal que se proponha a atacar o poder dos monopólios e do latifúndio. Segundo os adeptos dessa visão, para que as massas realizem sua missão demo -

---

(1) Jornal do Brasil de 29/7/79, grifos nossos.

cratizadora da sociedade - tanto em termos econômicos como políticos - elas não necessitariam da conquista preliminar do poder político. Tudo se passaria como se fosse possível proceder a uma espécie de impregnação progressiva da democracia liberal pela democracia socialista. A hegemonia seria conquistada em um processo contínuo. Em poucas palavras, seria possível economisar a revolução.

Ora, nenhum fato pode ser avançado para mostrar a possibilidade de se abrir o caminho para o socialismo com um Estado dominado pelos monopólios. Para por fim a essa dominação, para transferir as principais riquezas do país à coletividade, para executar uma política que satisfaça as necessidades das massas trabalhadoras, é absolutamente necessário que se substituam lacaios dos monopólios por representantes populares. É necessário um regime de democracia revolucionária que realize as principais reformas estruturais que permitam uma transição à democracia socialista. Um novo regime é absolutamente necessário pois essas transformações devem ser suficientemente importantes (e coerentes) para permitirem mudanças reais que facilitem a passagem ao socialismo. E é a experiência do século XX que prova essa necessidade. Todos os partidos que tentaram economisar a revolução acabaram por "melhorar" o capitalismo, assegurando, no final das contas, a sua sobrevivência. O socialismo só existe concretamente nos países que rejeitaram as armadilhas do reformismo e seguiram uma orientação revolucionária.

Em situações de "abertura", como a que nós vivemos, os problemas táticos põem-se de maneira mais enganosa do que nas situações desfavoráveis de grande repressão e refluxo do movimento popular. As questões organizativas passam para segundo plano, podendo os comunistas agir na superfície da sociedade sem temerem o aniquilamento de suas forças. Cresce a tentação de subestimar a reação do inimigo, de fazer acordos sérios com aliados circunstanciais, de acreditar na "vocação democrática" da burguesia liberal. E se acaba formando uma visão ilusória da correlação de forças no conjunto da sociedade. Mas a tática comunista não pode repousar sobre a perspectiva de um avanço contínuo no caminho da democracia sem levar em conta a possibilidade de uma contra ofensiva reacionária que imporia uma mudança completa nas formas de luta e de organização das forças democráticas.

Essas considerações sobre o direitismo da maioria dos dirigentes do PCB e sobre o grande otimismo tático de seus opositores, não nos impede de constatar alguns pequenos avanços. Não se fala mais em burguesia nacional, não se prega mais a revolução "democrático-burguesa", e se considera - em maioria - que a democracia é uma opção estratégica e definitiva na marcha ao socialismo. A corrente liderada por L.C.Prestes continua arraigada ao velho esquema de fidelidade incondicional ao PCUS. Para ele, a presença dos tanques soviéticos na Checoslováquia foi necessária para "salvar o socialismo contra a ameaça do imperialismo". Diz que estamos muito desinformados sobre o que se passa na URSS: "...os que vão para os hospitais psiquiátricos são os que necessitam realmente de tratamento psiquiátrico, tanto que muitos deles são libertados, vão para o estrangeiro, e acabam internados em hospitais psiquiátricos".(1) Não hesita inclusive em afirmar que há plena liberdade política na URSS e que a imprensa soviética é a mais ampla do mundo.

(1) Cf. entrevista ao Pasquim de 2/11/79.

No documento Contra o Revisionismo, nos raros intervalos que separam as quarenta e oito citações em defesa da ortodoxia, surgem algumas manifestações do pensamento político dos teóricos dessa corrente. Afirmam literalmente que "o papel dirigente do proletariado e de seu partido de vanguarda, no fundo é a mesma coisa" (p.8). Ou seja, concordam que a ditadura do proletariado seja a ditadura do partido de vanguarda. Consideram uma apreciação "puramente abstrata e especulativa" a afirmação de que "a democracia política é um objetivo permanente dos trabalhadores" (p.18). E não admitem a mínima reserva crítica com relação ao Socialismo Real. Esta seria, segundo os autores, uma manifestação de "oportunismo" e de "anti-sovietismo" (pp. 22-24).

Esse é o segundo dilema dos militantes do PCB: os que dizem pretender renová-lo enveredam pelo revisionismo; e os que defendem os princípios marxista-leninistas não são portadores de uma visão ultra "otimista" dos "avanços do movimento popular", mas continuam prisioneiros das mais flagrantes deformações stalinistas.

Nestas circunstâncias, seria temerária qualquer previsão sobre o significado do VII Congresso do PCB. O que se pode dizer sem grande risco de erro é que nenhum dos dilemas aqui apontados será superado se a discussão não for às raízes da debilidade do movimento comunista, e se o conjunto dos militantes do PCB não abraçar decididamente a bandeira da reunificação sobre novas bases dos comunistas brasileiros.

#### Nosso papel

Os comunistas da Plataforma de União nunca subestimaram a complexidade do processo de reunificação e nunca deixaram de afirmar que ele se estenderá por todo um período histórico do nosso movimento operário, revolucionário e comunista. Sempre estiveram e continuam convictos de que o movimento comunista brasileiro deve e pode ser reorganizado sobre novas bases. Fundamentam essa convicção, tanto em razões de princípio, quanto apreciações históricas concretas. Por um lado, defendem a utilização revolucionária do marxismo e do leninismo e, por isso, têm o dever de expô-la, divulgá-la, discuti-la e desenvolvê-la sob todas as formas possíveis. Abdicar de fazê-lo através da revista DEBATE e de uma prática independente seria uma verdadeira capitulação ideológica, seria rebaixar o nível de sua atividade, que é real, em nome de uma ligação com setores de massas influenciados por uma das organizações comunistas existentes: PCB, PCdoB, PCR, MR-8... Por outro lado, a reorganização sobre novas bases do movimento comunista brasileiro tem diante de si uma real perspectiva histórica, pois nenhuma dessas organizações se identificou com a história das lutas operárias a ponto de condenar qualquer iniciativa orgânica independente a uma atividade divisionista. Em conjunto essas organizações só influenciam parcelas reduzidíssimas da classe operária.

Assim, não se pode conceber a reunificação dos comunistas sem a sua renovação e sem que haja, ao mesmo tempo, a organização do movimento operário numa extensão e profundidade sem precedentes.

A organização que reunirá os comunistas brasileiros não será a simples adição de organizações existentes ou dos grupos que se batem pela reunificação. Ela terá de ser uma síntese nova das melhores energias de nosso povo.

# A TÁTICA DO M.R.-8

## S. ramos

No nível atual de organização e de mobilização das largas massas populares, a ninguém é dado prever que o fim do regime militar se fará pelo assalto direto dos operários e camponeses. É certo que a linha de massas dos comunistas deve se orientar por tal perspectiva, isto é, a da derrubada da ditadura, a da ruptura revolucionária. Mas uma análise materialista do desenvolvimento da dominação de classe no Brasil indica a possibilidade de uma reorganização liberal do poder de Estado burguês. (1) Ignorar essa possibilidade é cair no voluntarismo "de esquerda". A reconversão liberal em curso coloca justamente na ordem do dia, a questão de saber quais os interesses de classe que se afirmarão sobre o terreno das liberdades políticas. A burguesia tem tido forças para freiar a iniciativa das massas? As forças revolucionárias estão reunindo as condições necessárias para que se leve até o fim a luta contra a ditadura?

Se compararmos o atual momento político com a crise político-militar que presidiu a sucessão do general Geisel, será forçoso constatar que a corrente "castellista" tem manifestado uma grande capacidade em romper o isolamento político em que se encontrou a candidatura Figueiredo. Em sua proposta de autoreforma, o regime vem conseguindo aglutinar grande parte dos setores burgueses descontentes e inclusive a adesão de forças vacilantes da oposição liberal. Ele tem tido sucesso em sua tentativa de reconstruir uma coesão dos interesses burgueses graças à execução do projeto de "normalização institucional". Por outro lado, o movimento democrático e popular se encontra numa fase de intensa reorganização política em consequência da "reformulação partidária" e os trabalhadores (os operários em particular) têm encontrado grandes dificuldades para manter o grau de mobilização alcançado em 1978 (vide as diversas greves derrotadas e, em especial, a dos metalúrgicos de São Paulo, de fins de 1979).

Nessas condições, seria uma ingenuidade prever a iminência da queda da ditadura militar pelo assalto direto das massas populares. Faz-se portanto necessária a maior clareza na determinação dos objetivos do movimento popular numa situação de crise nacional podendo conduzir ao fim da ditadura sem que esta seja o efeito duma derrubada. Isto não quer dizer, insistimos, que a linha fundamental de ação de massas dos comunistas não se deva orientar na perspectiva de uma ruptura revolucionária. Quer sim dizer que nossa tática não pode excluir semelhante hipótese, isto é, considerar totalmente improvável que a ditadura termine sem que sejam impostos os interesses populares.

Esta é a nossa maior discordância com respeito às Resoluções Políticas sobre Tática do IIº Congresso do MR-8. Não que aí esteja excluída por completo a hipótese acima indicada. Mas ela somente é lembrada marginalmente para atacar os que a consideram como única alternativa possível à ditadura. (ver

(1) Cf. editorial deste mesmo número.

tese nº 8) Todo o resto do documento citado é construído sob a perspectiva da derrubada revolucionária da ditadura e da constituição de um governo popular.

A tática aprovada nesse IIº Congresso pode ser resumida da seguinte maneira: O ascenso do movimento popular deslocou a polarização política principal em nossa sociedade da oposição 'Ditadura Militar' X 'Burguesia Liberal' para a oposição "Ditadura Militar X Movimento Popular" (tese 1). É inevitável que os setores da grande burguesia que ainda se encontram na oposição sejam jogados para o campo da reação e da traição (tese 2). É preciso organizar uma Frente Popular que tenha como objetivo central e como ponto de coesão inicial a completa destruição da Ditadura (tese 6). O aspecto principal da construção dessa Frente Popular encontra-se na transformação do MDB num Partido Popular (tese 7). É possível derrubar revolucionariamente a ditadura militar e organizar um verdadeiro Governo Popular revolucionário. Ele não é, entretanto, uma transição obrigatória para a ditadura do proletariado. Não é impossível que o movimento de massas acumule forças suficientes para passar, sem um governo de transição, diretamente da ditadura militar para a democracia proletária (tese 8). É difícil supor que a classe operária e o povo possam conquistar o Governo Popular sem recorrerem à insurreição (tese 9). A propaganda em favor de uma Assembléia Constituinte deve ser assumida como forma de desgastar a ditadura, atrair os setores democráticos menos radicalizados e reforçar as conquistas democráticas. Mas a Constituinte não pode ser colocada no centro do trabalho de propaganda pois, em função do caráter de transição obrigatoriamente necessário ao período que se siga à derrubada revolucionária da ditadura, essa Constituinte será insuficiente para instituir medidas essenciais necessárias à liquidação da ditadura e de suas bases de sustentação, embora possa contribuir para isso (tese 10).

Não resta dúvida que no bloco de forças que se opõe hoje à Ditadura existe uma contradição entre o caráter burguês de sua direção e o caráter popular de suas forças motrizes, e que, portanto, quanto mais avançar a luta política mais se colocará na ordem do dia a questão da hegemonia popular. Também não há dúvida de que - cedo ou tarde - a oposição burguesa tentará impedir que as massas façam da democracia um instrumento de transformação social. O que está errado na base do raciocínio dos companheiros congressistas do MR8 é considerar que esse divórcio entre opositores liberais da burguesia e o movimento popular se dará necessariamente antes do fim da ditadura militar, isto é, que nessa eventualidade o bloco de forças que substituir a ditadura já será forçosamente popular.

Nada nos obriga, no entanto, a absolutizar esse cenário na luta contra o regime. Nossa tática tem que concentrar a luta política das massas na consecução daquilo que para elas constitui a primeira condição de sua emancipação política: a liquidação do regime militar, a conquista da liberdade política. Para isso é preciso procurar a unidade de ação de todas as forças que se opõem ao regime, isto é, uma frente única contra a ditadura militar. Até a consecução desse objetivo é perfeitamente possível manter uma política de alianças com a oposição liberal que tenha como objetivo central a conquista da liberdade política. E o denominador comum das forças que desejam o fim da ditadura (que é também o divisor de águas com as forças conciliadoras) é a luta pela convocação de eleições livres para uma Constituinte. Um novo poder constituinte pressupõe a existência de um Executivo que a ele se subme-

ta, isto é, de um governo que se subordine à nova Constituição. E, nesse sentido, ele será provisório. Deve ser esse o objetivo da frente anti-ditadura "um governo provisório que convoque eleições livres para uma Constituinte".

Não resta dúvida também de que a consecução desse objetivo exige que as forças populares ocupem cada vez mais a direção da luta política contra o regime e que elas procurem transformar o sucedâneo do MDB num partido profundamente enraizado nas massas populares. Mas isto não quer dizer que não continuará lutando pela frente com as demais forças de oposição que não estão nesse partido, tanto a nível das agremiações políticas em formação (PTB, PT, e até PP se possível), quanto a nível das forças sociais que não estarão organizadas de forma partidária, em particular a Igreja.

O PMDB deve lutar pela formação de uma frente com todas as forças que considerem necessária a Constituinte, isto é, que se oponham aos planos de reorganização liberal do poder burguês através de emendas ministradas a conta -gotas pelo grupo palaciano.

O fim da ditadura militar colocará imediatamente na ordem do dia a questão de saber quais os interesses de classe que se afirmarão sobre o terreno das liberdades políticas. Em outras palavras, saber se o governo que substituirá a ditadura será simplesmente burguês, popular, ou imediatamente proletário. Mas esta não é uma questão que possa ser resolvida a priori, "marcando posição" em favor do governo popular ou da democracia proletária. A ação política nada tem a ver com a pregação evangélica. Não se trata de uma questão de idéias, mas de uma questão de correlação política de forças entre as diferentes classes da sociedade. Se as forças revolucionárias estiverem em condições de usar a liberdade política para desenvolver a auto-determinação das massas, o governo provisório será formado pelo movimento popular, ou terá que rapidamente dar lugar a um segundo que se identifique com as massas populares. Tendo em vista as tarefas de um tal governo -particularmente a reorganização democrática das Forças Armadas - isso só será possível se a correlação de forças for altamente favorável ao movimento de massas.

Mas será que o movimento de massas se encontra no momento com tanta força, a ponto de que se possa reter essa hipótese como a mais provável ?

Será que uma política baseada quase que exclusivamente nessa perspectiva não levaria o movimento comunista a ter uma política de alianças estreita, em contradição com a real situação política do movimento popular ?

Será que a confusão entre o princípio da linha de massas comunista de nunca esconder a necessidade da violência revolucionária e o princípio de sempre se manter a maior flexibilidade na elaboração da tática não nos levaria ao isolamento ?

Estes erros em que parece incorrer o MR-8 nas resoluções de seu IIº Congresso devem ter origem no método demasiadamente formalista com que elabora sua política e sem que esteja explícita a sua análise da evolução da crise do regime. Mas a grande rapidez que tem demonstrado o MR-8 em modificar sua linha política nos faz ter esperanças de que acabará por recalibrar estes aspectos táticos.

## ÍNDICE ANALÍTICO DOS 30 PRIMEIROS NÚMEROS

### AGRICULTURA

- A ESTRATÉGIA AGRÁRIA DA DITADURA -Editorial -nº2  
O MOVIMENTO CAMONÊS NA ZONA CANAVIEIRA DE PER -  
NAMBUCO - Palmeira ( Capivara ) - nºs 11,12,13  
A AGRICULTURA BRASILEIRA (LEITE) - A. Silva-nº14  
A AGRICULTURA BRASILEIRA (CARNE) - A. Silva-nº15  
A AGRICULTURA BRASILEIRA (NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO  
DO TRIGO E DA SOJA) -A. Silva - nº 16  
O SETOR AGRÁRIO-RELATÓRIO AO TRIBUNAL RUSSEL II-  
A. Silva -nº 18  
OS EXPLORADOS DO CAMPO - A. Silva - nº 21  
FORÇAS DE PRODUÇÃO NO CAMPO - A. Silva - nº 22  
CLASSES SOCIAIS NO CAMPO - A. Silva - nº 23  
CAIO PRADO E A LUTA PELA TERRA - A. Silva - nº25  
O CAPITALISMO AGRÁRIO NO BRASIL -A. Silva - nº27

### ANÁLISE POLÍTICA

- O LEGADO DE CARLOS MARIQUELLA - Fernando Lucas -  
nºs 1 , 2  
UNIDADE DA ESQUERDA - Editorial - nº 3  
A CRISE BRASILEIRA - Carlos Mariguella - nºs 3 ,  
5 , 6 , 7  
LUTA ANTI-IMPERIALISTA E LUTA ANTI-CAPITALISTA -  
Editorial - nº 5  
O CHE E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA -Norberto Nehring  
nº 6  
AS CONTRADIÇÕES NO SEIO DAS CLASSES DOMINANTES -  
Editorial - nº 6  
A DITADURA E A HEGEMONIA DA OLIGARQUIA MONOPOLIS  
TA - Editorial - nº 7  
A ATUALIDADE DO LENINISMO - Editorial - nº 9  
POLÍTICA DE CÍRCULOS E POLÍTICA DE PARTIDO - E  
ditorial - nº 11  
PROJETO DE PLATAFORMA POLÍTICA - nº 12  
NOSSA PLATAFORMA E ALGUMAS OUTRAS CONCEPÇÕES DA  
SOCIEDADE BRASILEIRA - Fernando Andrade - nº 13  
CHILE - DA UNIDADE POPULAR À RESISTÊNCIA ANTI -  
FASCISTA - Editorial - nº 14  
SUCESSÃO : DEZ ANOS DE DITADURA E A LUTA PELA  
DEMOCRACIA -Editorial - nº 15

AS ELEIÇÕES E A LUTA CONTRA A DITADURA - Edito -  
rial - nº 16

PELA RENOVAÇÃO DO MOVIMENTO COMUNISTA BRASILEIRO  
Editorial - nº 18

A SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL - Editorial -nº 21

A DEMOCRACIA REVOLUCIONÁRIA - Fernando Andrade -  
nº 24

A QUESTÃO DA AUTONOMIA - Rolando Fratti - nº 24

CRISE DO REGIME MILITAR ? - Editorial - nº 25

ORIGENS DO COMUNISMO NO BRASIL - Neno Matos-nº28

BASES SOCIAIS DA FRENTE DEMOCRÁTICA - Abel Silva  
nº 29

OS REVOLUCIONÁRIOS E O PARTIDO UNICO - Rolando  
Fratti - nº 29

NOSSAS DIVERGÊNCIAS COM O COMPANHEIRO FRATTI -  
nº 29

A ESQUERDA E A DEMOCRACIA - Marcia Brandão, Thia-  
go de Lima - nº 29

### CONJUNTURA POLÍTICA

A TORTURA A SERVIÇO DO CAPITALISMO- Carlos Moura  
nº 1

BALANÇO DA LUTA REVOLUCIONÁRIA NO BRASIL - Josué  
Costa, Saturnino Silva , Alice Paiva nº 2

SUCESSÃO , DEZ ANOS DE DITADURA E A LUTA PELA DE  
MOCRACIA - Editorial - nº 15

AS ELEIÇÕES E A LUTA CONTRA A DITADURA - Edito -  
rial - nº 17

A SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL -Editorial - nº 21

O VOTO PROGRAMA NAS MUNICIPAIS -Editorial-nº 23

OS COMUNISTAS , A DITADURA E AS ELEIÇÕES MUNICI  
PAIS -Pedro Alves -nº 23

CRISE DO REGIME MILITAR ?- Editorial - nº25

MAS RUAS , PELA LIBERDADE - Editorial - nº 26

AVANÇAR SEM SE ISOLAR (entrevista) -Jean Marc  
Van der Weid - nº 26

A CAMPANHA PELA CONSTITUINTE - Abel Silva -nº27

CONTANDO AS DIVISÕES - Editorial - nº 28

ASSEMBLÉIA DO CUSTO DE VIDA - Abel Silva -nº 28

DOCUMENTOS DE ORGANIZAÇÕES

PASSAGENS DO PROGRAMA DA VAR-PALMARES - nº 1

POC : UNIDADE DE AÇÃO - nº 2

VAR - PALMARES : AOS COMPANHEIROS DA DI , POC E FET - nº 3

MRS - BALANÇO , FRENTE E PROGRAMAÇÃO - nº 6

TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN : UMA AUTOCRÍTICA NECESSÁRIA - nº 7

DOCUMENTOS E RESOLUÇÕES DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO DO PCB - nº 8

GRUPO ORIUNDO DA ALA VERMELHA E VPR : UM BALANÇO IDEOLÓGICO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA - nºs 9 , 11, 13 , 16

D.N.F. DA ALA VERMELHA : CARTA POLÍTICA DE JULHO DE 1973 - nº 14

CARTA RENUNCIA À EXECUTIVA DO PCB - Carlos Mari-guella - nº 20

O PARTIDO NAS GRANDES EMPRESAS - nº 26

ECONOMIA

CRÍTICA AO PLANO TRIENAL - Mario Alves - nº 5

O BRASIL ESTÁ NADANDO E SE AFOGANDO EM DIVISAS - Henrique Henriques - nº 10

ESTRUTURA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA - Fernando Andrade - nº 14

NOTAS SOBRE O SETOR ESTRANGEIRO EM NOSSA ECONOMIA - Joana Almeida - nº 15

O SETOR DE ESTADO A SERVIÇO DOS MONOPÓLIOS - I - PETRÓLEO - Marta Alves - nº 15

A TEORIA DO CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO E A ECONOMIA BRASILEIRA - Fernando Andrade - nº 15

O SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL : ALGUNS PROBLEMAS - Joana Almeida - nº 16

O SETOR DE ESTADO A SERVIÇO DOS MONOPÓLIOS- II- SIDERURGIA - Marta Alves - nº 16

O SETOR DE ESTADO A SERVIÇO DOS MONOPÓLIOS-III- ENERGIA ELÉTRICA - Marta Alves - nº 17

ACUMULAÇÃO E EXPLORAÇÃO - RELATÓRIO AO TRIBUNAL RUSSELL II - Fernando Andrade - nº 18

A ESQUERDA BRASILEIRA E A ECONOMIA POLÍTICA BURGUESA - Marta Alves - nº 19

PETRÓLEO , MONOPÓLIO ESTADAL E CONTRATOS DE RIS

CO - Marta Alves - nº 21

MANIFESTAÇÕES E DINÂMICA DA CRISE ECONÔMICA - Editorial - nº 22

INFLAÇÃO OU RECESSÃO ? - Marta Alves - nº 25

A POSIÇÃO DO BRASIL NO CAMPO IMPERIALISTA - Fernando Andrade - nºs 25 , 26

O PIS/PASEP E A " REDISTRIBUIÇÃO INDIRETA " - Marta Alves - nº 27

A ASSEMBLEIA DO CURTO DE VIDA - A. Silva - nº 28

FORÇAS ARMADAS

A ASSOCIAÇÃO DOS MARINHEIROS - B. Miguel - nºs 9 , 10 , 11 , 12 , 13

FORÇAS ARMADAS E RUPTURA DEMOCRÁTICA - P. da Silva - nº 27

LUTA DE IDEIAS NO SEIO DA ESQUERDA

UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DOCUMENTO "O PARTIDO E A VANGUARDA" - Marta Alves - nº 1

NÚMERO ESPECIAL CONSAGRADO À FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES - nº 4

PELO APROFUNDAMENTO DA DISCUSSÃO E DA AUTOCRÍTICA DOS REVOLUCIONÁRIOS MARXISTAS DO BRASIL - Editorial - nº 8

A SITUAÇÃO ATUAL DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO- Miguel Arraes - nº 8

O PC E O OPORTUNISMO - Paulo Lemos - nº 8

A ATUALIDADE DO LENINISMO - Editorial - nº 9

MARXISMO E EXTREMISMO DE CLASSE MÉDIA - F. Andrade - nºs 9 , 11

AVANÇAR COM O MARXISMO NA LUTA IDEOLÓGICA - Editorial - nº 10

POLÍTICA DE CÍRCULOS E ESPÍRITO DE PARTIDO - Editorial - nº 11

NOSSA PLATAFORMA E ALGUMAS OUTRAS CONCEPÇÕES DA SOCIEDADE BRASILEIRA - F. Andrade - nº 13

A REVOLUÇÃO NACIONAL-DEMOCRÁTICA SEGUNDO O V E O VI CONGRESSO DO PCB - Alice Paiva e Pedro Alves - nº 15

RUMO À AUTOCRÍTICA - F. Gomes - nºs 16 , 17

PELA RENOVAÇÃO DO MOVIMENTO COMUNISTA BRASILEIRO - Editorial - nº 18

SOBRE AS CONCEPÇÕES DA ALA VERMELHA - Teresa Gui

marxistas e Raul de Freitas - nº 19

A ESQUERDA BRASILEIRA E A ECONOMIA POLÍTICA BURGUESA - Marta Alves - nº 19

A QUESTÃO DA AUTONOMIA - Rolando Fratti - nº 24

MOVIMENTO E A REVOLUÇÃO AFRICANA - nº 26

MR8 : EQUÍVOCOS DE UM CONGRESSO - Marilda de Castro, Teresa Guimarães e Francisca Pereira - nº 28

OS REVOLUCIONÁRIOS E O PARTIDO ÚNICO - Rolando Fratti - nº 29

NOSSAS DIVERGÊNCIAS COM O COMPANHEIRO FRATTI - nº 29

A discussão em torno de "Uma Autocrítica necessária" da TL-ALN :

TL-ALN : UMA AUTOCRÍTICA NECESSÁRIA - nº 7

POR UM PROGRAMA MARXISTA DA REVOLUÇÃO - F. Andrade - nº 7

UMA IMPORTANTE TOMADA DE POSIÇÃO - Paulo Lemos - nº 7

IMPRESSÕES DE UMA PRIMEIRA LEITURA - A. Silva - nº 7

RESPOSTA DO COLETIVO DO CHILE DA TL-ALN A A. SILVA - nº 8

A REORGANIZAÇÃO DOS LENINISTAS BRASILEIROS - A. Silva - nº 8

RESPOSTA DO COLETIVO DO CHILE DA TL-ALN A F. ANDRADE - nº 8

ALGUNS EQUÍVOCOS DA LIBERTAÇÃO NACIONAL - F. Andrade - nº 8

A AUTOCRÍTICA QUE NÃO FOI FEITA - DIOGO TAVARES - nº 8, 9

RESPOSTA DO COLETIVO DO CHILE DA TL-ALN A PAULO LEMOS - nº 9

SOBRE "UMA AUTOCRÍTICA NECESSÁRIA" E A DISCUSSÃO EM DEBATE - G. Zani - nº 10

RÉPLICA DO COLETIVO DA TL-ALN NO CHILE AO COMP. F. ANDRADE - nº 10

A DIFICULDADE DE SER DIALÉTICO - F. Andrade - nº 10

RÉPLICA DO COLETIVO DA TL-ALN NO CHILE A A. SILVA - nº 11

A TENDÊNCIA LENINISTA NA ALN E O LENINISMO - A. Silva - nº 11

CONTRIBUIÇÃO À DISCUSSÃO DA A.C.N. -Um coletivo da ALN - nº 12

MARXISMO E RADICALISMO PEQUENO-BURGUES - Pedro Alves - nº 13

#### LUTA DAS MULHERES

CONTRIBUIÇÃO A UMA ANÁLISE MARXISTA DA QUESTÃO FEMININA - Joana Almeida, Marta Alves, Maria Ribeiro - nº 17

ALGUNS ASPECTOS DA SITUAÇÃO DA MULHER BRASILEIRA - Maria Ribeiro - nº 20

IMPRENSA FEMININA - Paula Santos e Francisca Pereira - nº 24

MULHERES: CONDIÇÕES DE LUTA - Marlene Antunes - nº 27

O FEMINISMO NO BRASIL, HOJE - Alice Paiva e Helena Oliveira - nº 29

#### MOVIMENTO OPERÁRIO

NOTAS SOBRE A CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL - Fernando Andrade - nº 3

CLASSE OPERÁRIA E CAMADAS MÉDIAS - F. Andrade - nº 5

BALANÇO TRABALHISTA E SINDICAL DO ANO DE 1969 - DIEESE - nº 6

O CAMINHO OPERÁRIO NA LUTA CONTRA A DITADURA - O Círculo - nº 7

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO MOVIMENTO OPERÁRIO - Rolando Fratti - nºs 18, 19, 20, 22, 23

O MOVIMENTO OPERÁRIO E OS SINDICATOS - Fernando Andrade - nºs 19, 20

A GREVE DE OSASCO VISTA POR JOSÉ IBRAHIM - F. Andrade - nº 22

O DEBATE NA OPOSIÇÃO SINDICAL - Helio Cintra - nº 24

SOBRE AS COMISSÕES OPERÁRIAS - Luta Sindical - nº 24

PLATAFORMA DE LUTAS DA OPOSIÇÃO SINDICAL - nº 24

O PARTIDO NAS GRANDES EMPRESAS - nº 26

OS COMUNISTAS E A OPOSIÇÃO SINDICAL - F. Andrade - nº 28

#### OUTROS

O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO - Julia Moura - nºs 3, 5

O SISTEMA COLONIAL BRASILEIRO - T. Gerholm e I. Matthis - nº 14

ÍNDICE DOS NÚMEROS "30" A "33"

Nº 30

Editorial

Sobre a Reunificação dos Marxistas

A.Silva, F.Andrade e M.Alves

A Ruptura Possível

Joana Almeida

Unidade das Mulheres: Objetivos e Limites(I)

Otacílio da Silva

A Luta dos Marinheiros(I)

Antonio Carvalho

As Greves do ABC

Neno Matos

Equívocos do Obreirismo de Direita

Nº 31

Para lá dos novos partidos (editorial)

Comunicado conjunto MR-8/UC

F.Andrade

No Caminho da Unidade

Assis Ferreira

A Candidatura Alternativa

A.Silva

Rumos da Oposição Legal

Otacílio da Silva

A Luta dos Marinheiros(II)

Joana Almeida

Unidade das Mulheres: objetivos e limites(II)

Nº 32

P.da Silva  
O Caso Anselmo(I)

Natália Prado  
As Mulheres no Sindicato

J.Sotan Onen  
Equívocos do Politicismo de Esquerda

M.Faustino dos Santos  
Movimento Popular e Partidos(I)

Nº 33

Editorial  
O MR-8 e a Reunificação

Ricardo Zarattini  
Entrevista na Prisão

F.Andrade  
O Obreirismo Revisitado

P.da Silva  
O "Caso Anselmo"(II)

M.Faustino dos Santos  
Movimento Popular e Partidos(II)

OBS: O índice do presente número  
se encontra na contra-capá

# ÍNDICE

	Pag.
Editorial	
A MISSÃO DO PMDB . . . . .	3
Pedro Alves	
PARA ONDE VAI O PT ? . . . . .	11
Antônio Carvalho	
DEMOCRACIA NO SINDICATO . . . . .	18
Fernando Andrade	
AS COMISSÕES DE EMPRESA . . . . .	23
A.Silva e D.Albuquerque	
OS DILEMAS DO PCB. . . . .	26
Sérgio Ramos	
A TÁTICA DO MR-8 . . . . .	31
ÍNDICE ANALÍTICO DOS TRINTA PRIMEIROS NÚMEROS . . . . .	34
ÍNDICES DOS TRÊS ÚLTIMOS NÚMEROS. . . . .	37

CORRESPONDÊNCIA,  
ASSINATURAS,  
NÚMEROS ATRAZADOS :

DEBATE  
c/o J. Bourderie  
146, rue Montmartre  
75002 Paris  
France